

Estudo, catalogação e análise de Obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPEL, datadas até 1840

Aline Herbstrith Batista

Resumo

O presente trabalho trata de um diagnóstico sobre o estado de conservação das obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, datadas até 1840, onde mostra o que realmente são obras raras e se os cuidados para a conservação estão sendo adequados. Trata também de um apanhado histórico das obras raras no Brasil a diferenciação conceitual entre obra antiga e obra rara e sobre os critérios usados para a qualificação de obras raras utilizado pela Biblioteca Nacional, além de abordar a preservação e conservação de acervos bibliográficos, trazendo as diferenças conceituais entre preservação, conservação e restauração, e uma discussão dos resultados obtidos durante a realização do trabalho e da organização da sala de obras raras, resultados esses relacionados à idade do acervo e grau de conservação, entre outros. Abrange também a questão da preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural.

Palavras-chave: Obras raras, preservação de acervos, patrimônio cultural.

Introdução

Este trabalho foi estudo realizado na Biblioteca “Professor José Júlio de Albuquerque Barros”, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Apresentado a linha de pesquisa “Preservação de bens móveis e/ou imóveis” da Especialização em Patrimônio cultural: conservação de artefatos da UFPEL. Teve por objetivo principal a organização da sala de Obras Raras, onde existiam livros antigos, em desuso, misturados com obras dos séculos XVIII e XIX, onde muitas destas são consideradas raras, devido a sua data de publicação ou até mesmo outras peculiaridades, e também conforme critérios estabelecidos pela Biblioteca Nacional, que são apresentados no decorrer do texto.

Inicialmente a proposta foi de avaliar as obras raras, já que a sala onde estavam as obras era chamada de “Sala de Obras Raras”. Após alguns dias de pesquisa no acervo pude perceber que, analisando os critérios de qualificação de obras raras da Biblioteca Nacional e de outras bibliotecas universitárias, nem todas as obras que estavam ali poderiam ser consideradas raras pela grande maioria dos critérios; elas seriam raras somente pelo critério de obras publicadas antes de 1900, onde todas as estudadas são anteriores a essa data. Conversando com professores do curso pude concluir que essas obras são raras ou valiosas para o curso de Direito da UFPEL devido a sua importância histórica para o curso, já que são obras doadas para que a biblioteca da Faculdade pudesse funcionar.

Nesta sala existiam mais de 2000 obras, mas devido ao pouco tempo para a realização deste trabalho, optei por catalogar as obras datadas até 1840. Foi realizada uma análise minuciosa, obra por obra, para que as anteriores a 1840 fossem retiradas de junto das demais. Após essa separação foi realizada uma limpeza nesse material, e foram colocados juntos em uma estante separada dos demais, totalizando 151 obras. Todas foram fotografadas, catalogadas, fichadas e analisadas quanto ao estado de conservação, com especificações das principais deteriorações encontradas, para que se possa criar futuramente uma proposta de preservação desse acervo. Proposta essa que deverá abranger estratégias e metodologias, a fim de que se possa conservar e preservar esse importante patrimônio da universidade e da comunidade pelotense.

Faz-se necessário possuir certos conhecimentos para distinguir obras “antigas” de obras “raras”, as quais serão especificamente estudadas no decorrer do texto. Raro significa “que é pouco freqüente, incomum, invulgar, extraordinário”, portanto, uma obra rara seria qualquer publicação incomum, difícil de encontrar, e com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado.

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra. (MORAES, 1998, p.64)

É de grande importância este estudo de livros como patrimônio cultural, pois as instituições de guarda desses materiais, como as bibliotecas, os arquivos e os museus, têm em comum a responsabilidade na preservação destes acervos, já que a cultura é um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e maneiras que caracterizam uma comunidade.

“Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade” (Le Goff, 2003, p.110). Para o autor, a importância dos documentos está diretamente ligada a sua influência no contexto cultural e social, pois a sociedade ao mesmo tempo em que necessita dos documentos para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos, tornando assim um dualismo onde o valor é diretamente imposto pela sociedade, e do qual a sociedade também necessita.

Obras raras: conceituação e trajetória no Brasil

Na hora de classificar uma obra rara o bibliotecário deve levar em conta principalmente os aspectos históricos, culturais e patrimoniais.

“A idéia de patrimônio apresenta-se como uma evidência, pois assim como todo indivíduo viveria mal sem memória, também uma coletividade precisa de uma representação constante do seu passado.” (JEUDY, 1990, p.6) O patrimônio celebrado pela coletividade é a memória objetivada, a história em objetos, não só intelectivos, mas também sensíveis, pois a sociedade necessita do palpável como objeto de acesso ao cognoscível.

Os livros, sejam eles antigos ou raros, são considerados documentos representativos da memória de um país, onde deve ser considerado como patrimônio histórico e cultural, um patrimônio literário e intelectual da região, representativo da memória regional, nacional e mundial.

Existem muitas divergências quanto à definição de raridade bibliográfica e guarda de livros raros, principalmente entre bibliotecários e colecionadores. Ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga, mas os colecionadores não se baseiam na antiguidade da obra para sua caracterização, já os bibliotecários e as bibliotecas referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, acrescido de outros critérios de raridade utilizados por outras bibliotecas.

O uso de critérios de avaliação para distinção de obras raras das demais leva em conta o fato de as mesmas merecerem um tratamento diferenciado, devido à dificuldade na obtenção dos exemplares e seu alto valor histórico.

Trajecória do livro raro no Brasil

A raridade bibliográfica passou a ter importância no Brasil em meados da década de 30. Até os tempos atuais os bibliotecários não têm definido com clareza o que realmente seria uma obra rara, pois existem muitas características relevantes que devem ser estudadas para que se possa classificar com certeza o que é uma obra rara.

A caracterização de um livro raro somente pela sua antiguidade não é suficiente, pois tal conceito é bem mais abrangente. O livro por si só é um documento disseminador de informações, sejam elas de caráter científico, artístico ou cultural, precíval enquanto suporte, além de ser um elemento passível de tombamento como patrimônio histórico-cultural. O livro raro é aquele difícil de encontrar, invulgar, diferente do livro comum. A palavra ‘raro’ significa também algo valioso ou precioso; a partir dessa conceituação pode-se dizer que uma obra rara seria então qualquer publicação incomum, difícil de achar, e com um valor maior do que os

livros disponíveis no mercado, possuidor de características especiais quanto a sua forma e também quanto ao seu conteúdo.

Atualmente não existe uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento necessário aos acervos raros. Cada instituição, particularmente, elabora seus próprios procedimentos e critérios, muitas vezes baseados em experiências de outras instituições.

Um livro começa sua carreira sendo “comum”; passa a ser “escasso”; torna-se “raro”, e acaba sendo “raríssimo”. Há, na escola, graduações e sutilezas que os livreiros usam nos anúncios. Há o livro “escasso e procurado”, o livro “raro com a folha de erratas” ou “com as capas da brochura”. Quanto aos adjetivos “raro” e “raríssimo”, há um verdadeiro abuso dos livreiros. Não lhe bastam mais essas expressões nesse nosso mundo de publicidade intensa. (MORAES, 1998, p.44)

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem vendidos, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com sua idade. A procura é que o torna valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades de cada obra.

O livro considerado raro no Brasil, é armazenado em salas e sub-salas, como cofres de preciosidades, de tal forma que dificilmente se tem acesso ao seu conteúdo. Justifica-se isso como sendo um sistema de defesa contra o “mau usuário”. Nessas condições os livros morrem como matéria orgânica, tem tempo de vida útil, morrem nas prateleiras, em caixotes etc. de bibliotecas seladas, viram fragmentos pela ação de agentes biológicos, da umidade, do tempo e do desuso.

A biblioteca de livros raros no Brasil é um lugar onde o livro está preso, onde só é permitido vê-lo, mas nunca tocá-lo. Ora, o livro raro não é só para ler, e sim para ser analisado como monumento e como documento, em suporte e informação.

Critérios para definição de obras raras

Existem muitas características que levam um livro a ser considerado raro, mas devemos levar em consideração alguns aspectos que são de grande relevância, como por exemplo:

- o limite histórico: devemos, através da idade cronológica, levar em conta a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo, bem como os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos;

- os aspectos bibliológicos: observar os materiais utilizados na confecção do suporte na impressão, como o tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação, ilustrações produzidas artesanalmente etc.;
- valor cultural: observar as publicações personalizadas, censuradas, expurgadas, as primeiras edições, publicações em pequenas tiragens etc.;
- pesquisa bibliográfica: utilizar dicionários e enciclopédias bibliográficas especializadas nesse tipo de publicação, onde apontam peculiaridades das obras, como preciosidade e raridade;
- características do exemplar: observar as particularidades de cada exemplar, como autógrafos e dedicatórias de pessoas importantes, como do próprio autor, marcas de propriedade, carimbos, entre outros.

A atribuição de critérios de raridade para criar uma distinção entre as obras valiosas ou raras e as demais se relaciona ao fato de que as obras raras merecem um tratamento diferenciado, baseados na dificuldade de se obter exemplares e também devido ao seu valor histórico.

Baseado nos critérios utilizados pela Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e também pelo Comitê Técnico de Obras Raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que são os citados abaixo:

Primeiras impressões e impressões até 1720; edições de tiragens reduzidas, que geralmente são numeradas, assinadas ou rubricadas pelo autor ou editor e confeccionadas em papel especial; edições de luxo; livros confeccionados em material de qualidade superior: encadernações preciosas em couro, com aplicações ou detalhes em ouro, pedras preciosas, papel artesanal, acondicionadas em caixas decorativas, etc.; edições clandestinas, que são obras confeccionadas sem a devida autorização do autor ou do editor, o que é denominado pirataria editorial, ou ainda, no caso de obras dos séculos XV a XVI, obras impressas sem a autorização legal exigida; obras esgotadas; exemplares de coleções especiais; exemplares com anotações manuscritas de importância documental, incluindo dedicatórias. Que incluem livros autografados por autores reconhecidamente importantes para uma determinada área do conhecimento. Da mesma forma, exemplares com anotações manuscritas, incluindo dedicatórias e correções de punho do próprio autor; obras científicas de assuntos tratados à luz da época em que foram produzidas, datadas do período inicial da ascensão de determinada ciência; publicações impressas em circunstâncias especiais (período de guerra, por exemplo); livros anteriores a 1900; obras desaparecidas, face à contingência do tempo; edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos); edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas; teses defendidas até o final do século XIX; periódicos estrangeiros dos séculos XV ao XIX e os primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.

Análise e discussão dos resultados

Através dessa análise das obras foi possível perceber que as obras mais antigas encontradas na biblioteca são de 1770. Trata-se de uma coleção de nove volumes sobre direito canônico, publicadas em Lyon, na França, pela Editora Chez Jean-Marie Bruyset (FIG.1). A maioria destes volumes encontra-se num estado de conservação regular, com algumas deteriorações causadas principalmente por agentes biológicos, além de estarem bastante sujos e manchados.

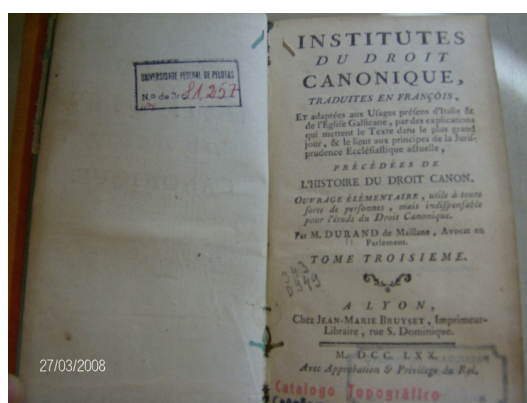
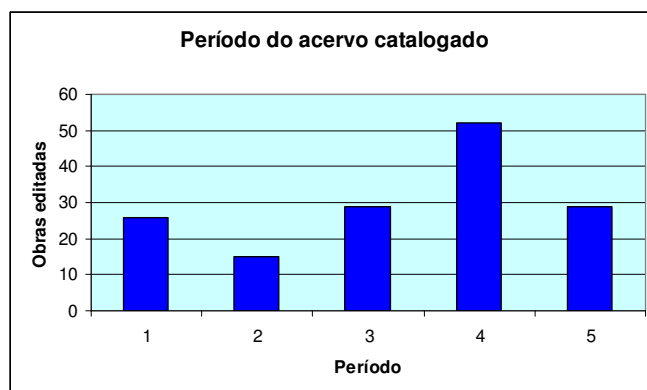


FIGURA 1 – Obra publicada em 1770, em Lyon, na França, tratando sobre direito canônico.

TABELA 1: Período do acervo catalogado

Período	Nº de obras
1770 – 1800	26
1801 – 1810	15
1811 – 1820	29
1821 – 1830	52
1831 – 1840	29

GRÁFICO 1: Período do acervo catalogado



Legenda:

1 - 1770 – 1800

2 - 1801 – 1810

3 - 1811 – 1820

4 - 1821 – 1830

5 - 1831 – 1840

Através do fichamento das obras podemos obter a informação de que a maioria delas foi publicada entre 1821 e 1830, conforme mostra o gráfico acima.

Já quanto ao idioma das obras estudadas, podemos perceber que as obras publicadas em francês totalizam o dobro das publicadas em português. Segundo Moraes (2006, p.22), “a língua francesa era universal no século XVIII e, em Portugal e no Brasil, seria a segunda língua de todo homem culto até meados do século XX”. Isso explica o motivo pelo qual, nas obras estudadas, existem mais obras em francês do que em português, já que a biblioteca estudada é situada no Brasil. Essa predominância de livros em francês demonstra a influência da cultura francesa entre os intelectuais brasileiros.

Quanto aos locais de publicação, podemos notar que a maioria das obras foram publicadas na França, principalmente em Paris. Depois aparece Portugal, com a maioria publicada em Lisboa, seguidos pela Bélgica e por último o Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. A maioria das obras publicadas em Portugal são da Imprensa Régia, sempre contendo a indicação “Com licença” (FIG.2). Algumas das outras obras também possuem essa descrição, e outras, como por exemplo, algumas publicadas em Lisboa pela Typographia Hollandiana, trazem a descrição “Com licença da Mesa do Desembargo do Paço”.

As publicações feitas por conta do autor traziam...a menção: “Com licença de S.A.R.”, ou simplesmente “Com licença”. A licença era dada depois do exame da obra pelos censores nomeados pelo governo. Mais tarde a censura passou para o Desembargador do Paço. Nesses casos os impressos traziam a menção “Com licença do Desembargo do Paço”. (MORAES, 2006, p.119)

Já para o estudo do estado de conservação das obras, foram definidas as características que se encaixam em cada um dos estados, denominados Ruim, Regular e Bom. As obras em estado ruim de conservação abrangem aquelas com folhas sujas, amareladas, com carimbos borrados, manchas de gordura, capa solta, algumas folhas soltas, muito deterioradas por agentes biológicos (traças e cupins), com alguns recortes e até mesmo com prejuízo de algumas palavras, devido a algum desses fatores anteriores. As de estado regular são obras com folhas sujas e amareladas, manchas de gordura, carimbos borrados, folhas amassadas e dobradas e com pouco sinal de deterioração causada por agentes biológicos. As obras em bom estado são

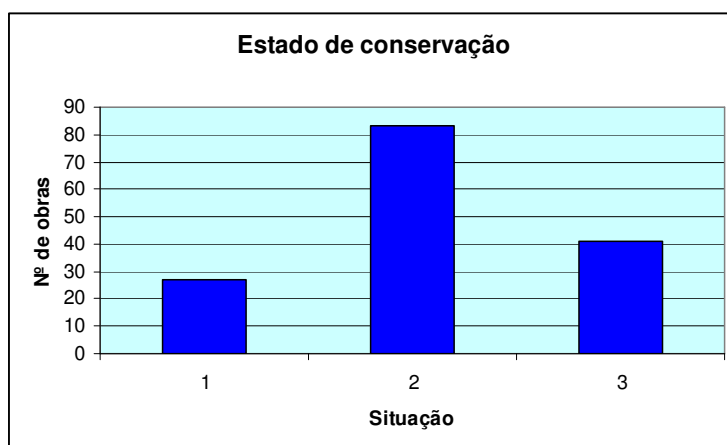
as que apresentam pouquíssimas deteriorações, como manchas e sujidades, mas nada em estado muito avançado.

TABELA 2
Estado de conservação das obras

Estado de conservação	Número de obras
Ruim	27
Regular	83
Bom	41

Como podemos perceber na TAB.2, 55% das obras estudadas encontram-se em estado de conservação regular, 27% em bom estado e a minoria, apenas 18% em condições ruins de conservação.

GRÁFICO 2
Estado de conservação das obras



Legenda:
1 – Ruim
2 – Regular
3 – Bom

Considerações finais

Quando abordamos patrimônio cultural, estamos tratando do conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado ou se são simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum. Esse patrimônio, que carrega consigo a história da civilização humana deve ter sua memória e identidade preservadas. Cabe a cada geração valorizar e aumentar esse

patrimônio, visto que a compreensão tardia de sua importância pode causar um processo de degradação e destruição física e social.

Muitos são os critérios para avaliar os livros e dizer se são raros ou não. Mesmo que estes critérios de raridade estejam baseados em um trabalho prático de avaliação do acervo, é necessário que os bibliotecários e outros profissionais da área estejam preparados para classificar o que realmente seria uma obra rara. Nas bibliotecas jurídicas essa tarefa é mais difícil de realizar, pois fica complicado decifrar o que seria uma obra jurídica rara devido a grande quantidade de obras publicadas nessa área.

No caso dessas bibliotecas jurídicas, a maior preocupação é em preservar as obras de grandes juristas, estudiosos das leis e as constituições, pois tais obras não são utilizadas apenas para julgar, mas para a busca de embasamento teórico e pensamento de juristas renomados.

O ideal é que toda biblioteca, seja ela jurídica ou não, tenha um espaço, uma estante ou até mesmo uma prateleira, para que a memória da humanidade possa ser conservada através dos livros. Para que haja essa adequação é preciso que as pessoas se conscientizem da importância de preservar e conservar esse material, através da elaboração de uma metodologia específica, com critérios de conservação.

Algumas atitudes a serem tomadas que podem ajudar são as seguintes: manter as instalações higienizadas, evitar estantes de madeiras, limpar as obras periodicamente, página por página, com um pincel macio, instalar equipamentos de ar condicionado, para estabilizar a temperatura, controlar a umidade do ar, e principalmente montar uma equipe técnica para monitorar e higienizar o acervo, além de orientar funcionários e alunos quanto ao manuseio desses materiais.

Este trabalho foi realizado com a intenção da realização de um catálogo de obras raras, pois através da literatura consultada podemos perceber os vários critérios de raridade, e também com isso podemos concluir que a melhor das metodologias adotadas para determinação da raridade bibliográfica é a desenvolvida pela própria instituição que guarda o acervo, utilizando para isso sua equipe de bibliotecários. O catálogo foi realizado parcialmente, mas existe a esperança de continuá-lo e até mesmo publicá-lo, para que a comunidade em geral possa ter acesso a esse valioso material.

Devemos nos acostumar com o patrimônio como presente, e não como memória daquilo que ficou como herança; isso talvez nos ajude a entender o presente e pensar no futuro olhando para a memória. A Educação Patrimonial contribui para que a comunidade conheça e reconheça o livro como parte integrante de seu patrimônio histórico-cultural. Através desse reconhecimento é que se permite a conservação e preservação do patrimônio bibliográfico

nacional, ao mesmo tempo em que contribui para a conscientização da importância das obras raras.

Daí a importância do livro como patrimônio cultural, pois ao fazer o registro de momentos, de seus pensamentos, o autor permite que futuramente os leitores possam, através da leitura desses registros, conhecer e reconhecer seu passado intelectual, construindo e reconstruindo suas memórias coletivas e individuais.

Referências

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.

_____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 2006.

Autora

Aline Herbstrith Batista

Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), possui Pós-Graduação em Artes, especialista em Patrimônio Cultural: conservação de artefatos pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural. Foi professora substituta do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG, onde ministrou as disciplinas de Normalização Bibliográfica e Controle de Vocabulário. Trabalhou no setor de Aquisição e na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPel. Possui experiência em bibliotecas públicas e universitárias. Na Unipampa foi bibliotecária do Campus Dom Pedrito e atualmente trabalha na Reitoria, Coordenação de Bibliotecas, no setor de aquisição, em Bagé/RS.

**Patrimônio documental: banco de dados de projetos do Centro de Artes e Letras da
Universidade Federal de Santa Maria**

Gilberto Fladimar Rodrigues Viana

Daniel Flores

Resumo

Neste artigo é feita uma análise sobre o patrimônio documental constante no banco de dados da Universidade Federal de Santa Maria no tocante ao registro de projetos no período 1992/2008, no Centro de Artes e Letras dessa instituição de ensino. Para esta descrição, usamos relatório solicitado e emitido pelo CPD através do SIE – Sistema de Informações para o Ensino. Foram analisadas as tabelas à luz da realidade institucional em relação aos tipos de projetos e situações pertinentes aos mesmos. Com base nas observações constantes nesse trabalho, evidencia-se a importância do banco de dados referente a projetos como patrimônio documental e de sua divulgação no meio acadêmico e da sociedade em geral.

Palavras-chave: Patrimônio documental, projeto, UFSM.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar o banco de dados referente a projetos do Centro de Artes e Letras, no período de 1992 a 2008, como patrimônio documental. O Sistema de Registro e Acompanhamento de Projetos na UFSM foi implantado, a partir de 1992, através do CPD.

Inicialmente, o sistema foi programado em (SQL) no sistema operacional VM/ESA, e o acesso era somente interno (intranet) e restrito aos responsáveis pelos gabinetes de projetos. O lançamento dos dados constituía-se do preenchimento de formulário próprio de registro de projetos pelo seu respectivo coordenador e de sua tramitação para aprovação pelos representantes dos setores competentes (chefia da unidade à qual o coordenador do projeto pertencia e o representante da sua área na Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão). Os dados pertinentes ao registro eram lançados no sistema pelo Gabinete de Projetos da respectiva unidade de ensino, efetivando-se, assim, o registro propriamente dito. Atualmente, a tramitação para registro de um projeto é feita na forma eletrônica, através do sistema – SIE. No final dos anos 90, em função de uma pane na máquina que dava suporte para o funcionamento do banco de dados, o sistema sofreu algumas mudanças, cabendo ressaltar que houve perda de alguns dados referentes ao registro dos projetos.

A partir dessa ocorrência, o sistema foi tendo algumas outras alterações, mas que não o modificaram de forma substancial.

Atualmente, este “sistema” leva a sigla SIE, denominativa do Sistema de Informações para o Ensino, sendo que o acesso ao mesmo é somente através da rede intranet da instituição.

O acesso ao sistema se restringe aos servidores docentes e técnico-administrativos com vínculo empregatício permanente com a instituição, sendo esse acesso permitido através da digitação da matrícula e da senha do usuário na tela chamada de controle de acesso.

Obteve-se as informações, descritas a seguir nesse trabalho, através de relatório solicitado ao CPD e pelo acesso autorizado ao responsável pelo Gabinete de Projetos do Centro de Artes e Letras, ao sistema SIE/UFSM.

Inicialmente delimitamos o assunto através da coleta de dados no sistema vigente de registro de projetos da instituição.

Análise dos dados

Foi trabalhado o quantitativo anual do registro de projetos no CAL, no período de 1992 a 2008, ou seja, um total de 17 anos. Esse quantitativo representa o universo coletado, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Projetos registrados no período 1992/2008

<i>SITUAÇÃO/ PERÍODO</i>	<i>CANCELADO</i>	<i>CONCLUÍDO</i>	<i>ANDAMENTO</i>	<i>SUSPENSO</i>	TOTAL
1992/2008	127	544	269	14	954

Como podemos observar, estratificamos os projetos por situação: cancelado, concluído, andamento e suspenso num total de 954 projetos.

Dividimos em três períodos sequenciais, que são: período “1” de 1992 a 1996; período “2” de 1997 a 2002 e período “3” de 2003 a 2008. Em função do detalhamento das informações, optou-se em trabalhar com a média de cada período, considerando a situação dos projetos: em andamento e concluído (conforme tabela abaixo), por se tratar de situações que se caracterizam por apresentarem resultados parciais ou finais.

Tabela 2 - Média do registro de projeto concluído e em andamento (média por período)

<i>SITUAÇÃO/PERÍODO</i>	<i>CONCLUÍDO</i>	<i>ANDAMENTO</i>	TOTAL
"1" 1992/1996	2	2	10
"2" 1997/2002	16	5	30
"3" 2003/2008	73	38	121

A partir desta tabela, observa-se que houve uma evolução no número de registro de projetos no período "3", tanto nos da situação "em andamento" quanto os da situação "concluídos"; sendo que este período também se mostra bem significativo.

A seguir, foi feita a análise dos dados desses projetos sob o enfoque do seu tipo: de pesquisa, de ensino, de extensão e de desenvolvimento institucional, sendo, num primeiro momento, considerada a situação de projetos "concluídos"; conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Média de registro de projeto concluídos (média por período)

<i>TIPO/ PERÍODO</i>	<i>ENSINO</i>	<i>PESQUISA</i>	<i>EXTENSÃO</i>	<i>DESENV.</i>	TOTAL
"1" 1992/1996	0	1	1	0	2
"2" 1997/2002	3	9	5	0	17
"3" 2003/2008	17	37	19	0	73

Observa-se que há uma média total expressiva de registro de projetos no período "3" e que os projetos de pesquisa se destacam entre os demais tipos de projetos. A seguir, considera-se o registro de projetos sob o enfoque da situação, "em andamento", e além do tipo de projetos, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Média de registro de projeto em andamento (média por período)

<i>TIPO/ PERÍODO</i>	<i>ENSINO</i>	<i>PESQUISA</i>	<i>EXTENSÃO</i>	<i>DESENV.</i>	TOTAL
"1" 1992/1996	0	0	1	0	1
"2" 1997/2002	1	1	4	0	6
"3" 2003/2008	2	29	7	0	38

Observa-se que, no período “3”, a exemplo da tabela anterior, o número total se mostra elevado e o tipo de projeto “pesquisa”, também foi maior, da mesma forma em relação aos demais.

Em relação aos dados apresentadas nas tabelas acima, temos a considerar as seguintes situações:

0) O banco de dados no tocante a projetos se constitui como patrimônio documental sob a guarda da instituição e fonte de informações para seus usuários autorizados, assim como, fonte de pesquisa para os interessados;

1) No quadro geral de registro de projetos, destaca-se o quantitativo dos projetos concluídos e em andamento com aproximadamente 85%, evidenciando uma outra característica em relação ao desenvolvimento de projetos;

2) O número de registro de projetos do tipo pesquisa, está associado a monografias de especialização, dissertações e teses, já que, no sistema, esses subtipos de projetos estão inseridos dentro da classificação principal de pesquisa, sendo dessa forma registrados;

3) Os responsáveis pelos programas de pós-graduação, assim como, dos departamentos e outras subunidades incentivam e alertam seus professores para que registrem seus projetos de qualquer tipo;

4) Os números expressivos especialmente na pesquisa também estão associados ao aumento do número de professores doutores, já que existe uma política de incentivo ao doutoramento, assim como, em quase todas seleções para o corpo docente é exigido a titulação de doutor;

5) A existência de financiamento institucional interno e externo para a pesquisa ocorre em maior número comparativamente à extensão e ao ensino.

6) A conscientização, por parte do corpo docente, de que o registro de projetos tem implicações na sua vida funcional na instituição e há implicações orçamentárias para sua subunidade de lotação, para a sua unidade de ensino e para a instituição em relação às demais IFES.

7) Os números, de forma geral, têm a ver ainda com a sensível melhoria do acesso ao sistema propiciado aos usuários, uma vez que esse acesso, ainda que intranet, permite que cada usuário faça o registro de projetos conforme sua disponibilidade e o tramite eletronicamente para aprovação e em seu próprio local de trabalho, já que antes esses procedimentos eram realizados através do preenchimento e tramitação em formulários.

Revisão bibliográfica

A partir da análise dos dados apresentados nas tabelas acima, e das considerações a respeito dos números apresentados, passa-se a analisar estes elementos que se destacam, a luz de algumas reflexões teóricas sobre cultura, onde a que apresenta adequadamente para esse enfoque é:

auto realização da pessoa humana no seu mundo, numa interação dialética entre os dois, sempre em dimensão social. Algo que não se cristaliza apenas no plano do conhecimento teórico, mas também no da sensibilidade, da ação e da comunicação. (VANNUCCHI, 2006, p.21)

A cultura de registro de projetos na instituição, ou seja, o registro do que já se fez e se faz em termos de projetos na instituição constitui como patrimônio documental, conforme o que consta na Constituição 1988, em seu artigo 216, que diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I -as formas de expressão; II -os modos de criar, fazer e viver; III -as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V -os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Esse patrimônio documental constituído de projetos concluídos e em andamento registrados na instituição é uma questão que requer uma reflexão objetiva por parte dos dirigentes institucionais, em função do seu caráter público, de sua responsabilidade social e, também, da repercussão dessas informações no meio acadêmico.

Observa-se, através da evolução do número de registro, que esse está associado à questão de titulação de docentes. Considera-se quanto a isso, que boa parte das titulações de doutoramento foram obtidas em instituições nacionais e internacionais que, via de regra, têm uma cultura já estabelecida em relação à produção acadêmica e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, assim como, às orientações de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, cabe citar Roberto Dagnino (2007, p.165), quanto se refere a uma cultura de “quase insulamento” em relação ao isolamento de indivíduos e de grupos e pesquisa, por força da concorrência por recursos financeiros no meio acadêmico e científico nos anos oitenta. Observa-se que, através de iniciativas institucionais, a realidade da cultura de registro de

projetos, assim como, o acesso a esses registros devam ser acompanhados de uma cultura de divulgação e acessibilidade. Nesse sentido, resgata-se a afirmação de Edgar Montiel quando diz:

um sistema de informação deve expressar a heterogeneidade, a riqueza de vozes, facetas e oportunidades de um país para que a diversidade cultural mantenha toda a sua vivacidade. (MONTIEL, 2003, p.159).

A comunicação no fomento de projetos culturais é, pois, de suma importância para a interação das instituições e avanço do conhecimento científico. Esta reflexão também dá outra dimensão do sentido “Cultura”, pois no dizer de Pesez (1990, p.180), “A noção de cultura material não tem valor em si: só o tem se se reverter útil”.

A medida em que se aprofundam as reflexões teóricas que envolvem o assunto deste artigo, depara-se com um aspecto que tangencia a questão de preservação da “informação” e ou “do conhecimento” do que é produzido na instituição em termos de projetos tratados como patrimônio documental.

É tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer outra categoria sócio-política, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. (GONÇALVES, 1996, p.89).

É nesse sentido, que também nos servimos do que Coelho (2003, p.3) diz “Um banco de dados não é tudo e pode ser nada. Mas, se for alguma coisa será um instrumento de empoderamento da sociedade civil.”

Como se pode constatar através de alguns enfoques teóricos sob o tema “cultura” e dos que o cercam, citados neste artigo, torna-se muito importante que, através da cultura de registro de projetos, se estabeleça ao mesmo tempo uma cultura de divulgação e socialização da produção institucional por parte de quem a produz e de quem a administra.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, observou-se a expressividade e a evolução em relação ao registro de projetos no âmbito do Centro de Artes e Letras da UFSM no período 1992-2008, através da observação dos números e as estratificações, dispostas de forma resumida, do universo de projetos quanto aos seus tipos e situações, constituindo-se os mesmos como um patrimônio documental da instituição assim como da sociedade. Através de considerações teóricas sobre o tema “patrimônio cultura” direcionada para o foco que nos propusemos a analisar, o banco de dados relativo aos projetos registrados no SIE, esses tratados como patrimônio documental,

observa-se que os agentes envolvidos nesse ambiente, ou seja, os responsáveis por projetos na instituição estão plenamente inseridos dentro do espírito dessa cultura de registrar seus projetos. Isso comprova-se pelos números e pelas considerações discorridas neste trabalho, estabelecendo-se como uma característica cultural marcante em todas as áreas do conhecimento abrigadas no Centro de Artes e Letras. Portanto, faz-se necessário que as informações constantes dos registros dos projetos e armazenadas no banco de dados do sistema de registro de projetos sejam bem administradas, visando garantir a fidedignidade e autenticidade dessas informações, assim como, sua acessibilidade pela sociedade e, também pelo meio acadêmico.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Acesso em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>

COELHO, T. *Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida*. In: CANCLINI, N. G. et al. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

DAGNINO, R. T. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas: Unicamp, 2007. 216 p.

GONÇALVES, J. R.S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

MONTIEL, E. A comunicação no fomento de projetos culturais para o desenvolvimento. In: CANCLINI, N. G. et al. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

PESEZ, J. M. História da cultura material. In: LÊ GOFF, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 181 p.

VANNUCCHI, A. *Cultura brasileira o que é, como se faz*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

Banco de dados:

Universidade Federal de Santa Maria, SIE – Sistema de Informações para o Ensino.

Autores

Gilberto Fladimar Rodrigues Viana

Graduado em Arquivologia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (1986); Especialização em Administração - Qualidade na Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

Federal de Santa Maria (2002); Especialização em Engenharia de Produção - Agente de Inovação e Difusão Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2007). Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM (2009-2010). Servidor técnico-administrativo-nível superiores/arquivista da UFSM.

Daniel Flores

Doutor em Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación - Universidad de Salamanca/España em 2006, como bolsista da CAPES Coodenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/MEC, orientado pela Profa. Dra. Manuela Moro Cabero. Concluiu o mestrado em Engenharia de Produção na linha de pesquisa Tecnologia da Informação pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria em 2000, tornou-se especialista em Organização de Arquivos pela USP Universidade de São Paulo em 1998, graduou-se como bacharel em Arquivologia em 1998. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Documentação da UFSM, desde 1998. Docente do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural/PPGPPC-UFSM. É líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Eletrônica de Documentos - GED registrado no CNPQ.

Memória da vida acadêmica: um programa de preservação para os registros de diplomas da UFSM.

Débora Flores

Carlos Blaya Perez

Resumo

A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior, e historicamente foi responsável pela formação da maioria dos profissionais do interior do estado do Rio Grande do Sul, visto que foi a primeira Universidade Federal instalada fora de uma capital. Nesse contexto, o diploma conferido ao aluno formando na instituição acarreta na abertura de um processo de registro. Esses processos são legalmente de guarda permanente, e ficam armazenados no Departamento de Arquivo Geral da UFSM. A proposta apresentada nesse projeto é a elaboração de um programa de preservação para os registros de diplomas emitidos pela UFSM, através da formulação um diagnóstico da situação atual do acervo identificando as necessidades de preservação. O programa deverá abranger questões ambientais e estruturais de armazenamento, probabilidades de deterioração da documentação, além de políticas com medidas de segurança que protejam o acervo contra danos, destruição ou perda.

Palavras-Chave: Patrimônio Documental, riscos Biológicos, preservação.

Introdução

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada pela Lei N. 3.834-C de 14 de dezembro de 1960, mas instalada solenemente em 18 de março de 1961. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação, e tem como missão “Promover ensino, pesquisa e extensão, formando lideranças capazes de desenvolver a sociedade”.

Em 2009 a instituição já contava com 94 cursos de graduação presenciais, 10 cursos de graduação à distância, 72 cursos de pós-graduação presenciais e 05 cursos de pós-graduação à distância. Além destes cursos, a UFSM oferece também ensino médio e tecnológico, com um total de 2.900 alunos. O contingente educacional da UFSM em 2009 era de aproximadamente 19.510 alunos (Fonte: UFSM em Números 2009).

Historicamente a Universidade Federal de Santa Maria é responsável pela formação da maioria dos profissionais do interior do estado do Rio Grande do Sul, visto que foi a primeira Universidade Federal instalada fora de uma capital. Essa característica faz com que seu alcance atinja todos os estados do país.

Nesse contexto, quando cada aluno conclui um curso da instituição, seja de graduação ou pós-graduação, o diploma conferido ao aluno formando acarreta na abertura de um processo de registro. Esses processos são legalmente de guarda permanente, e ficam armazenados no Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

A proposta apresentada nesse projeto é da elaboração de um programa de preservação para os registros de diplomas emitidos pela UFSM, através da formulação um diagnóstico da situação atual dos registros em suporte papel e microfilme, identificando as necessidades de preservação. O programa deverá abranger questões ambientais e estruturais de armazenamento, probabilidades de deterioração da documentação, além de políticas com medidas de segurança que protejam o acervo contra danos, destruição ou perda.

O objetivo deste trabalho é analisar o nível de contaminação fúngica e bacteriana dos ambientes do acervo, e através do programa de preservação contribuir para a salvaguarda permanente das informações que compõem os processos de registros de diplomas emitidos pela Universidade Federal de Santa Maria.

Espera-se com a realização desse projeto contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Santa Maria, além de garantir a preservação e acesso às informações produzidas como resultado de uma das suas principais atividades: o ensino. Esse patrimônio documental servirá ainda, como fonte probatória e histórica para as próximas gerações.

Metodologia

A pesquisa ora apresentada é, quanto à natureza, aplicada, pois pretende gerar conhecimentos para aplicação prática, com vistas a solucionar um problema específico. É uma pesquisa descritiva e bibliográfica, de abordagem qualitativa, que visa à elaboração de conhecimento que possibilite a compreensão e transformação da realidade em relação ao tema apresentado.

A primeira etapa do projeto foi a identificação e análise da tipologia utilizada nos documentos integrantes dos processos de registros de diplomas por meio de um levantamento documental. Essa análise culminará num processo de padronização da tipologia da documentação em questão. Aliada a essa padronização, está sendo atualizada a destinação dos documentos após o processo de microfilmagem, junto a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFSM.

Para a elaboração do diagnóstico da situação dos processos de registros de diplomas, está sendo examinado o estado de conservação dos suportes documentais em que as informações encontram-se registradas, e também as condições ambientais do armazenamento. Para tanto,

está se coletando amostras provenientes de armários, caixas, documentos, e paredes das salas onde a documentação está armazenada. Essas amostras são enviadas a um laboratório para pesquisa e análise da presença de fungos e bactérias. Ainda nessa perspectiva, realiza-se um monitoramento das variações de temperatura e umidade relativas do ar dessas salas, com anotações diárias.

Já no objetivo de realizar uma análise dos riscos iminentes à saúde dos arquivistas que trabalham com esse acervo, foi formulado um relatório de inspeção do ambiente de trabalho. Esse relatório dará subsídio às políticas a serem implementadas no programa de preservação, que propiciem melhorias em relação ao bem-estar dos arquivistas que necessitam estar em contato com essa documentação.

A fase seguinte será elaborar e implementar o programa de preservação para os processos de registros de diplomas através de um manual de preservação. Nesse manual deverão estar previstos fatores de deterioração dos suportes, segurança para o pessoal que trabalha com a documentação, ferramentas de acesso às informações, além de previsão de acondicionamento e administração do acervo ao transcorrer dos próximos anos.

Patrimônio cultural e patrimônio documental

A primeira definição legal do conceito de Patrimônio no Brasil veio com o Decreto-lei nº 25, promulgado durante o Estado Novo, onde define que: Patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Já no que se refere a definições internacionais, a UNESCO através Convenção de Haia em 1954, definiu que o patrimônio cultural compreendia os monumentos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, e os objetos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos; bens que representavam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social.

Posteriormente, em reunião realizada em Paris em 1972, também pela UNESCO, foram definidos no documento *Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural*, os conceitos de patrimônio cultural, ressaltando as possibilidades de cada Estado presente à reunião no que se refere à obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmiti-los às futuras gerações. Com a observância da soberania dos Estados, foi aprovada nessa assembléia a constituição do patrimônio cultural enquanto bem de valor universal, cuja proteção ficaria sob a responsabilidade da comunidade internacional.

Em 1976, na *Carta de México en Defensa del Patrimonio Cultural*, o conceito de patrimônio cultural já teve uma definição bem mais abrangente, definido como “o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente”.

Nessa *Carta do México*, houve a consideração que “a preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural”. Deste modo “qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora”.

Novamente no âmbito nacional, a atual Constituição datada de 1988, também adota uma definição ampla e detalhada:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I -as formas de expressão; II -os modos de criar, fazer e viver; III -as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V -os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo REZENDE (2009) “o aspecto positivo da definição constitucional do Brasil é o fato de mencionar explicitamente o termo “documentos”, o que deu abertura para o claro enquadramento dos acervos arquivísticos dentro das políticas nacionais voltadas ao Patrimônio” (p. 04).

Nesse sentido, as *Diretrizes Para a Salvaguarda do Patrimônio Documental* elaboradas pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO, conceituam Patrimônio Documental como a representação de boa parte do patrimônio cultural mundial. Ele traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.

Por conseguinte, o entendimento do *Programa Memória do Mundo* é que “o patrimônio documental mundial pertence a todos, deveria ser plenamente preservado e protegido para todos e, com o devido respeito aos hábitos e práticas culturais, deveria ser acessível para todos de maneira permanente e sem obstáculos” (p. 09).

Arquivística e a função da preservação

Para SILVA ET AL (1998) “a arquivística é uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação semi-fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente” (p. 214).

Conceitua-se o objeto de estudo da Arquivística, o documento, como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (DBTA 2005, P. 73). Também o *Programa Memória do Mundo* da UNESCO considera que um documento é aquilo que “documenta” ou “registra” algo com um propósito intelectual deliberado, e é constituído por dois componentes: o conteúdo informativo e o suporte no qual esse se consigna. Ambos podem apresentar uma grande variedade e ambos são igualmente importantes como parte da memória.

O tratamento dispensado à documentação durante o seu ciclo vital deve obedecer a um princípio que é considerado fundamental na Arquivística e serve como base teórica e prática, o Princípio de Respeito aos Fundos. Este, de acordo com DUCHEIN (1996) “consiste em deixar agrupados, sem os misturar com outros, os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral” (p. 72).

“o documento em seu contexto original de produção é pleno de significado, pois integra um conjunto de documentos que possibilita compreender as funções e atividades executadas pelo órgão produtor. Os documentos de arquivo não têm importância em si mesmos, isolados, ainda que contenham informações aparentemente valiosas” (BERNARDES, 2008 p. 15)

Já no que tange a preservação dos documentos de arquivo, o DBTA (2005), afirma que essa é a função arquivística destinada a “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (p.135). As condições ambientais recomendadas para manter os documentos são tão importantes quanto dar a eles o acondicionamento adequado. De acordo com OGDEN (2001) “o armazenamento inadequado tem efeito direto sobre a vida útil dos materiais” (p. 7).

Também de acordo com as *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo* (ARQUIVO NACIONAL, 2005) “a preservação de documentos de arquivo, em qualquer suporte, depende dos procedimentos adotados em sua produção, tramitação, acondicionamento e armazenamento físico” (p. 06).

Nesse mesmo contexto, o *Programa Memória do Mundo* considera a preservação como “a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre – do patrimônio documental. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações, que

envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original” (p. 15).

E complementando a função arquivística de preservação, apresenta-se a função responsável pelo objetivo maior da Arquivologia: o acesso. De acordo com o DBTA (2005) acesso é uma “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (p. 19).

A *Constituição Federal de 1988*, em seu art. 5.º, XXXIV determina que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

ERTHAL (2008) defende ainda que “sem dúvida nenhuma, a missão principal da arquivística vem do respaldo à preservação e acesso à informação como fomento à historiografia” (p. 05). No mesmo sentido, o *Programa Memória do Mundo* assegura que “o acesso permanente é o objetivo da preservação: sem ele, a preservação não tem sentido, exceto como fim em si mesmo” (p. 17).

Programas de preservação

“Principalmente constituído por materiais naturais, sintéticos ou orgânicos, os quais estão sujeitos à instabilidade e à degradação química, o patrimônio documental está continuamente sob risco devido à calamidades naturais, tais como inundações ou incêndios; aos desastres provocados pelo homem, como a pilhagem, os acidentes ou as guerras; e à deterioração gradual, que pode ser resultado da ignorância humana ou mesmo da negligência em prover os cuidados básicos, o armazenamento e a salvaguarda” (DIRETRIZES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, Programa Memória do Mundo, 2002 p. 5).

O termo preservação é definido pelo DBTA (2005) como “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (p. 135). Um programa de preservação de documentos, portanto, deve adotar medidas para estabilizar ou amenizar os processos de degradação do acervo, prolongando o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações.

O documento *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo* (CONARQ, 2005), contempla seis princípios que devem ser observados para assegurar a preservação dos documentos de arquivo: - Produção e acesso - Áreas de armazenamento - Condições ambientais – Acondicionamento - Manuseio e transporte - Segurança. Logo, esses itens servem de parâmetros para um programa de preservação.

De acordo com ODGEN (2001) um programa de preservação deve ser pensado como um aspecto da administração dos acervos, onde uma metodologia padrão de planejamento estratégico pode ser aplicada ao planejamento para prevenção. Ainda segundo o autor, “Como no caso dos outros programas institucionais, os objetivos e as prioridades de um programa de preservação devem estar firmemente enfatizados no documento que afirma a missão institucional.” (P. 7)

Ainda nessa perspectiva, as *DIRETRIZES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL* do Programa Memória do Mundo da UNESCO, asseguram que o antigo ditado: “mais vale prevenir que remediar” é uma verdade amplamente aceita no que se refere ao patrimônio documental. “As práticas e técnicas que freiam a deterioração e os danos que podem ser ocasionados pela manipulação são muito melhores e mais baratas que qualquer procedimento de recuperação” (P. 16).

Essas *Diretrizes* inferem que “o ambiente natural no qual o patrimônio documental se encontra influi profundamente em sua sobrevivência a longo prazo. As inundações, os incêndios, os terremotos e os ciclones podem ser fenômenos naturais, mas estratégias para atenuar suas possíveis conseqüências podem ser preparadas” (p. 15).

No âmbito prático da execução de ações de um programa de preservação, o CONARQ sugere em suas *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo* citado anteriormente, que “todos os documentos devem ser armazenados em locais que apresentem condições ambientais apropriadas às suas necessidades de preservação, pelo prazo de guarda estabelecido em tabela de temporalidade e destinação” (p. 09). Isso se deve ao fato de que “a deterioração natural dos suportes dos documentos, ao longo do tempo, ocorre por reações químicas, que são aceleradas por flutuações e extremos de temperatura e umidade relativa do ar e pela exposição aos poluentes atmosféricos e às radiações luminosas, especialmente dos raios ultravioleta” (p. 12).

Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar que “para que sejam obtidos dados sobre o ambiente em que as coleções estão armazenadas e utilizadas, para fins de planejamento, é preciso medir e registrar tanto a temperatura como a umidade relativa do ar, a fim de se alcançar um perfil de suas flutuações durante o dia e ao longo do ano” (ODGEN, 2001 p. 8).

Pode-se concluir, portanto que:

“o planejamento efetivo de um programa de preservação exige a revisão dos vários sistemas e políticas empregados com o objetivo de prevenir danos ao acervo causados pelo armazenamento, a utilização e o manuseio, bem como os acidentes, o vandalismo e o roubo. Verificar até que ponto funcionam os

procedimentos, sistemas e políticas de proteção vigentes permitem uma avaliação da medida em que os acervos estão vulneráveis à deterioração futura e aos danos ou perdas repentinos” (ODGEN, 2001 p. 9).

Após esta análise, a instituição poderá definir prioridades, “estabelecer metas amplas e objetivos de curto prazo para direcionar o esforço de preservação de maneira racional e viável. Tal avaliação servirá de apoio a solicitações e justificativas àqueles que detêm os recursos da instituição” (ELKINGTON, 2001 p.16).

Riscos ambientais e biológicos

A conservação de documentos é um assunto tanto ambiental quanto de transmissão cultural das gerações. De acordo com SANTOS (1998) com “o cuidado adequado, este suporte pode durar séculos, mas pode desintegrar-se em poucos anos quando exposto a condições físicas precárias ou de armazenamento inadequado” (p. 02). A autora afirma ainda que “condições ambientais desfavoráveis produzem modificações da textura e fibras dos papéis que mancham, descolam, colam, aderem ou se desintegram, tornam-se quebradiços (acidez) e favorecem o desenvolvimento de espécies entomológicas” (p. 02).

Geralmente de natureza orgânica, os materiais usados na composição de livros e documentos se constituem em fontes de nutrientes para vários organismos, como bactérias, fungos, insetos e roedores. Conforme o documento *Noções sobre biodeterioração em acervos bibliográficos e documentais* (2003) a ação direta de enzimas digestivas sobre a matéria orgânica presente nos livros e documentos resulta na degradação das fibras de celulose, principal constituinte do papel. De início, a região infectada por fungos apresenta-se com aspecto algodoado, frágil e levemente umedecido. As manchas são típicas e a sua coloração e textura varia conforme o tipo de organismo.

Esses agentes são capazes de provocar ainda dano à saúde humana, podendo causar infecções, efeitos tóxicos, efeitos alergênicos, doenças auto-imunes e a formação de neoplasias e malformações. Para efeito da NR 32 “consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador”.

O reconhecimento dos riscos ambientais é uma etapa fundamental do processo que servirá de base para decisões quanto às ações de prevenção, eliminação ou controle desses riscos. Reconhecer o risco significa identificar, no ambiente de trabalho, fatores ou situações com potencial de dano à saúde do trabalhador ou, em outras palavras, se existe a possibilidade deste dano (RISCOS BIOLÓGICOS GUIA TÉCNICO, 2008).

Considerações finais

O projeto apresentado está em andamento, e faz parte de estudos relacionados ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. As primeiras etapas de coleta de dados referentes ao ambiente de trabalho dos arquivistas e análise de microorganismos presentes nas salas do acervo já foram iniciadas, e estão em fase de análise.

Pode-se concluir mesmo no início do trabalho, que as variações no ambiente do acervo são muito altas, propiciando certa instabilidade na conservação dos documentos. Essas constatações estão pautando a elaboração de um diagnóstico da situação atual do acervo, e as conseqüências para a salvaguarda das informações e saúde dos arquivistas que trabalham com esses documentos.

Pretende-se depois de cumpridas todas as etapas, diagnosticar as intervenções ambientais na preservação das informações e implementar um Manual de Preservação para os processos de registro de diplomas emitidos pela Universidade Federal de Santa Maria, cujo conteúdo informacional é legalmente de guarda permanente. Também se salienta o fato desse acervo compor a memória institucional de formação de todos os alunos egressos dos cursos oferecidos pela UFSM em 51 anos de história.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*/Conselho Nacional de Arquivos — Rio de Janeiro: O Conselho, 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta; Hilda Delatorre. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008 54 p.

BRASIL, República Federativa do. *Decreto-lei Nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 09/12/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal (1988)* Disponível em: <www.presidencia.gov.br/ccivil> Acesso em: 10/10/2009.

Comissão Nacional Permanente da NR 32. *Riscos Biológicos Guia Técnico*. Brasília: 2008. Disponível em: <www.mte.gov.br/seg_sau/guia_tecnico_cs3.pdf> Acesso em: 11/12/2009.

Declaração do México, 1985. Disponível em: <www.portaliphan.gov.br> Acesso em: 24/11/2009.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

DUCHEIN, M. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Arquivo&Administração, Rio de Janeiro, v.10-14, ago/1996.

ELKINGTON, Nancy E. *Manual do RLG para microfilmagem de arquivos*. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. 2º ed., nº 53. Rio de Janeiro, 2001. 207p.

ERTAL, Daniele. *O Arquivista como Gestor de Fontes Primárias para o Fomento da Produção Intelectual*. PontodeAcesso, Salvador. v.2, n.2, p. 94-112, ago. /set. 2008.

Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>>. Acesso em: 23/09/2009.

ODGEN, Shereilyn, KAREN, Garlick. *Planejamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

_____, Shereilyn. *Armazenagem e Manuseio*. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional. 2001.

REZENDE, Darcilene Sena. *Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização – a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias*. Disponível em: < www.asocarchi.cl/DOCS/61.pdf >. Acesso em 05/03/2010.

SANTOS, Marília de Oliveira. *Conservação dos Suportes Informacionais: do papel ao meio magnético*. Documentos ABEBD 10, Porto Alegre: 1998.

SILVA, Armando B. Malheiro da; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís. *Arquivística - Teoria e prática de uma ciência da informação*. 1998, Edições Afrontamento.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Noções sobre biodeterioração em acervos bibliográficos e documentais*. Brasília : Superior Tribunal de Justiça, 2003. 22 p.; il. v.2.

UNESCO. *Convenção de Haia*, 1954. Disponível em: <www.portaliphon.gov.br> Acesso em: 22/11/2009.

_____. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural*. Paris: 1972. Disponível em: <www.portaliphon.gov.br> Acesso em: 24/11/2009.

Autores

DÉBORA FLORES,

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria, pós-graduação *Latusensus* em Gestão de Negócios pela Faculdade Metodista de Santa Maria e mestranda no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Arquivista na Universidade Federal de Santa Maria, lotada no Departamento de Arquivo Geral da instituição.

CARLOS BLAYA PEREZ

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Multimeios na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutorado em Biblioteconomia y Documentación na Universidad de Salamanca (Espanha). Docente no Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria.

Os metadados como recurso à preservação digital do patrimônio documental

Denise Frigo

Resumo

Essa pesquisa propõe analisar a importância dos metadados como recurso para preservação do patrimônio documental. Explanando sobre a preservação digital e apresentando os aspectos teóricos que caracterizam os metadados. O estudo para definir-se a importância dos metadados, mostra-se de fundamental valor, pois se destaca a escassa produção literária existente. Os procedimentos metodológicos foram baseados na consulta a obras, artigos e materiais afins sobre o tema de estudo, através da Internet, em bases de dados das áreas científicas estudadas na pesquisa. Contudo, os projetos analisados neste trabalho e os autores têm defendido a abordagem de metadados para a preservação do patrimônio documental por considerar mais adequada à nova realidade do alto volume de informação e complexidade do ambiente eletrônico.

Palavras-Chave: preservação digital, patrimônio documental, metadados

Introdução

Como parte da construção cultural da realidade, a informação reflete as visões do mundo de uma sociedade em um determinado tempo. No século XX as novas tecnologias de informação colocaram em evidência o papel dos meios e técnicas de gestão da informação digital, pois é fato que na era digital se está dando muita ênfase à geração ou aquisição de material digital, em vez de manter a preservação e o acesso em longo prazo aos acervos eletrônicos existentes.

Atualmente há um despertar da nossa sociedade pela busca de soluções e medidas simples para salvaguardar adequadamente os nossos bens culturais. A era da informação valorizou ainda mais os dados vitais e estratégicos que precisam ser preservados, divulgados e acessados rapidamente para uso presente e futuro. Então, nos deparamos com danos ou perdas irreparáveis dos acervos, somente a partir daí percebemos a importância da manutenção desses para a continuidade da memória do patrimônio histórico e cultural da nação. (SICHMANN, 2003, p.6)

Sendo assim a natureza dos documentos eletrônicos está permitindo ampla produção e disseminação de informações no mundo atual. Entretanto, ocorre a ênfase à geração e/ou aquisição de material eletrônico, em vez de manter a preservação e o acesso a longo prazo dos acervos existentes. Com isso, o propósito desta investigação é analisar a importância dos metadados como recurso para preservação do patrimônio documental.

Arellano (2008, p. 20) relata que “a preservação digital é uma preocupação dos profissionais da informação, devido principalmente ao uso extensivo que tem sido feito das tecnologias digitais e do registro de informações em soluções cada vez mais sofisticadas e complexas”.

Por isso, a aplicação de estratégias de preservação digital do patrimônio documental é uma prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos em longo prazo.

Para os detentores de acervos, é cada vez mais imperiosa a necessidade de contar com mecanismos que garantam a preservação de seus documentos em formato digital. Especificamente essa preocupação parte das comunidades responsáveis pelas bibliotecas e pelos arquivos, para os quais o desenvolvimento de padrões legais para lidar com arquivos eletrônicos precisa de estratégias metodológicas bem definidas. (ARELLANO, 2004, p.16)

Portanto, nesse contexto de registros e na falta de padronização que possa ajudar no tratamento desses dados. A pesquisa a ser relatada pretende contribuir para as investigações das transformações que os sistemas de informação vêm enfrentando.

Preservação digital: uma abordagem conceitual

A informação digital tem um lado frágil e fugaz, necessitando de gerenciamento cuidadoso desde o momento da sua criação, e merece uma abordagem política e estratégica, por parte da unidade de informação, de modo a garantir a preservação.

Os documentos digitais trouxeram uma série de vantagens na produção, transmissão, armazenamento e acesso que, por sua vez, acarretaram alguns problemas. A facilidade de criar e transmitir documentos traz como consequência a informalidade na linguagem, nos procedimentos administrativos, bem como o esvaziamento das posições hierárquicas.

A facilidade de acesso pode acarretar intervenções não autorizadas que podem resultar na adulteração ou perda dos documentos. A rápida obsolescência tecnológica (software, hardware e formatos) e a degradação das mídias digitais dificultam a preservação de longo prazo dos documentos e sua acessibilidade contínua. Os problemas em questão tornam necessária a adoção de medidas preventivas para minimizá-los. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.16)

Para BOERES; ARELLANO (2005, p. 2) a preservação digital é um processo distribuído que envolve o planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável. Neste trabalho considera-se esta definição a mais completa, uma vez que privilegia a questão do “valor” da informação digital a ser preservada.

Muitas vezes os documentos eletrônicos necessitam de uma constante atualização de suporte de formato, além de estratégias para possibilitar a recuperação das informações, que passam pela preservação da plataforma de *hardware* e *software* em que foram criados, pela migração ou emulação. Estas são algumas iniciativas que vêm sendo tomadas, mas que não são ainda respostas definitivas para o problema da preservação de longo prazo. Não há soluções únicas e todas elas exigem investimento financeiro e contínuo em infra-estrutura tecnológica, pesquisa científica e capacitação de recursos humanos.

“a preservação digital vem então se tornando um imperativo pela agilidade de expansão, e um desafio, uma vez que o processo de preservar a informação por longo período e mantê-la acessível exige um grande e contínuo esforço. Esforço esse, justificado pela fragilidade da mídia, pela volatilidade tecnológica, pela necessidade de provas documentais para se interpretar o passado e por perdas já sofridas pela humanidade.”(LIMA, 2007, p.19)

Os principais agentes causadores de danos sobre a fragilidade do suporte digital são causados pela temperatura, umidade relativa do ar, nível de poluição do ar e das ameaças biológicas, manipulação das mídias, tempo de uso e qualidade da mídia, falhas no processo de fabricação, as catástrofes naturais e a obsolescência tecnológica. Vale ressaltar que grande parte dos princípios centrais da preservação, desenvolvidos e adotados no universo analógico, podem ser levados.

O tema da preservação dos documentos digitais está cada mais presente entre os criadores e gerenciadores de coleções digitais. Para aqueles que começam a enfrentar a possibilidade de não poder recuperar informações produzidas há 5 ou 10 anos, é vital contar com estratégias que garantam a persistência desses dados. (Arellano 2008, p. 23)

Outro ponto relativo á preservação digital, que tem preocupado a muitos, é a autenticidade dos dados, pois os usuários precisam ter certeza de que informação que estão utilizando é original e não foi alterada nem por outros usuários, nem por alguma atualização de dados, não prevista.

Em um contexto geral, sobre preservação digital Ferreira (2006, p. 32), explica que consiste na capacidade de garantir que a informação digital esteja acessível e com autenticidade no futuro, utilizando-se plataformas tecnológicas diferentes das utilizadas no momento de sua criação.

Hedstrom (1996 apud SANT’ANNA, 2008, p.07) considera que preservação é assegurar proteção à informação de valor permanente para acesso pelas gerações presentes e futuras

[...] planejamento, alocação de recursos e aplicações de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável.

Sendo assim, a preservação digital consiste em estabelecer meios para a manutenção do acesso a objetos informacionais em longo prazo. Esses meios precisam ser definidos de forma que obstáculos conhecidos sejam superados ou, pelo menos, amenizados.

No contexto digital, as atividades de preservação podem ser divididas em dois grupos: os cuidados físicos, incluindo procedimentos aos suportes físicos (obsolescência tecnológica de hardware) garantindo que existam equipamentos apropriados para leitura das mídias (suportes), pelo menos até uma transposição das informações para um suporte com tecnologia recente. Em segundo, haveria os cuidados lógicos que envolvem a forma como a informação é representada nos suportes (bits 0 e 1). Caberá aos softwares ler essas seqüências de bits, sendo necessários que estes sejam compatíveis mesmo com o passar do tempo.

Bodê (2007, p.08) complementa que “os cuidados físicos e lógicos precisam ser levados em consideração numa política de preservação, no universo digital. O descuido com um deles implicará na inviabilidade de acesso aos documentos eletrônicos para a manutenção destas”.

Para isto, a preservação de documentos eletrônicos se concentra na obtenção da estabilidade do suporte da informação, com foco na manutenção do acesso, que pode implicar na mudança de suporte e formatos, bem como na atualização do ambiente tecnológico. Sendo que, a fragilidade do suporte digital e a obsolescência tecnológica de hardware, software e formato exigem intervenções periódicas através de estratégias de preservação.

Contudo, CASTRO; CASTRO; GASPARIN (2007, p. 122) revelam que “para a preservação da integridade é necessário que os documentos e seus respectivos metadados permaneçam seguros, completos e autênticos.

Portanto, Rotthenberg (1996, apud ARELLANO, 2008, p.19) revela que a criação e uso de metadados é uma parte importante em todas as estratégias operacionais de preservação digital, uma vez que elas estão baseadas na conservação de *software* e *hardware*, emulação ou migração, como um meio para garantir a autenticidade, registrar o gerenciamento de direitos e coleções de dados, e para interação com recursos de busca.

Metadados

O termo metadados antecede a Web tendo, aparentemente, sido cunhado por Jack Myers nos anos 60 para descrever arquivos eletrônicos (MILSTEAD & FELDMAN, apud BAPTISTA, 1999, p.184), mas começou a aparecer mais freqüentemente na literatura sobre Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) nos anos 80, para descrever as características das informações armazenadas nos bancos de dados (VELLUCCI, 1998, apud CAMPOS, 2007 p. 191).

Surgiu, em função das necessidades das organizações de conhecer melhor os dados que elas mantêm e conhecer com mais detalhes os dados de outras organizações através de intranets e extranets. A catalogação dos dados propiciará a maior utilização deles por usuários com múltiplos interesses. Sem uma documentação eficiente dos dados é dificultada aos usuários a localização de dados necessários para suas aplicações.

Organizações que não documentam seus dados, freqüentemente, com o decorrer do tempo, ficam sujeitas à superposição de esforços de coleta e manutenção de seus dados, vulneráveis a problemas de inconsistências e, principalmente, pagarão um alto custo pelo não uso ou uso impróprio dessa informação. Além disso, Boeres e Arellano (2005, p. 7) revelam “na preservação digital as informações devem ser preservadas de modo a evitar que sejam corrompidas, ao criar uma estrutura que guarde o conteúdo e a estrutura da informação, para isto podemos usar os metadados”.

Todas as formas de preservação digital, exceto as mais simples, podem se beneficiar pela criação, manutenção e evolução de Metadados detalhados para apoio aos processos de preservação. Por exemplo, metadados podem documentar o processo técnico associado com a preservação, especificar informações de direitos autorais e estabelecer o conteúdo digital. Eles podem registrar a cadeia de custódia de um objeto digital e identificá-lo individualmente tanto interna como externamente em relação ao arquivo em que reside. Em resumo, a criação e instalação de metadados para preservação parece ser um componente chave para as estratégias de preservação. (OCLC/RGL, 2001, p. 2 apud BODÊ, 2008, p. 63).

Contudo, metadado é um termo que remete às tradicionais atividades de representação da informação (catalogação, descrição arquivística e outros), aquelas com as quais os profissionais da informação já estavam às voltas antes da chegada das atuais tecnologias.

Pode se considerar metadado como a informação que descreve e explica qualquer dado que, de modo geral, possa vir a aparecer em meio eletrônico, sabendo que os metadados não são utilizados apenas em aplicações digitais.

Assim, a utilização de metadados vai além de descrever e catalogar objetos de informação. Enquanto profissionais de museus, arquivos, e de biblioteca podem estar muito familiarizados com o termo em associação com descrição ou catalogação, metadados também podem indicar o contexto de criação, gerenciamento, processamento, preservação e uso dos recursos que estão sendo descritos. (FERREIRA, 2006, p.60)

Quanto ao seu tipo, os metadados recebem a seguinte distinção: descritivos, administrativos e estruturais. Os administrativos contêm os metadados técnicos e de preservação. Os metadados de preservação, um pouco mais abrangentes, mantêm informações acerca da

origem do arquivo, sobre o suporte que o gerou e também a respeito das ações efetuadas no arquivo dentro do repositório digital. Já os metadados técnicos, ainda mais específicos, por exemplo, um arquivo sonoro, engloba informações como: o formato do arquivo, a taxa de bits, a taxa de amostragem, equipamentos e softwares utilizados.

Os metadados de preservação informam sobre a origem do material, os detalhes técnicos dos registros como qual foi a versão de *software* usado, como foi construído o registro, etc. esse método é uma forma especializada de administrar metadados os quais podem ser usados como um meio de estocar a informação técnica que apóia a preservação dos objetos digitais e visam apoiar e facilitar a retenção, a longo prazo, da informação digital. (BOERES, ARELLANO, 2005, p. 12)

E Innarelli (2007, p. 69) complementa que a finalidade dos metadados tecnológicos de preservação é a garantia das informações funcionais sobre o documento eletrônico, permitindo assim o entendimento da tecnologia utilizada na sua produção e manutenção, assim como todo o seu histórico de acesso, migrações, rejuvenescimento, mídias, sistemas etc. Além disso, o principal objetivo dos metadados é registrar e organizar de uma forma estruturada os dados de uma determinada comunidade ou organização, visando à padronização e fácil recuperação de informações representadas e organizadas sob sua estrutura, além de permitir melhorias na busca e na avaliação das informações, bem como facilitar a pesquisa e manutenção desses dados.

De acordo com Hodgson (1998 apud FERREIRA, 2006, p. 61) as funções desempenhadas pelos metadados, as quais podem ser operacionalizadas por pessoas ou por agentes automatizados são:

- Fornecer um resumo do conteúdo do recurso de informação(isto é, do que trata o recurso), permitindo aos usuários determinar se este é exatamente o que eles desejam;
- Dar condições aos usuários de procurar, recuperar e usar recursos de informação;
- Quando formatos múltiplos são providos, ajudar aos usuários na escolha de recurso de informação apropriado ao seu uso;
- Prevenir usuários quanto às limitações no acesso aos dados, no que diz respeito a softwares necessários, padrões e formatos adotados;
- Instruir em como interpretar os dados (formato, codificação, criptografia);
- Fornecer informações que afetam o uso do recurso (por exemplo, condições legais de uso, idade mínima do usuário, cobrança de taxas, usos permitidos e não permitidos para o recurso etc.);
- Fornecer a história ou proveniência do recurso de informação, tal como sua fonte original e suas transformações subseqüentes (filtragem, atualização, descarte etc.);

- Fornecer especificações para o gerenciamento dos recursos de informação (data da última modificação data de criação, identidade do administrador etc.);
- Fornecer especificações sobre relações entre recursos (por exemplo, o relacionamento entre um conjunto de artigos e um jornal, entre um trabalho original e sua versão subsequente, entre componentes de um trabalho multimídia etc.);
- Listar os componentes lógicos de recursos de informação complexos e oferecer meios para acessar esses componentes (por exemplo, tabelas, lista de componentes de um software, etc.).

A utilização de metadados em uma organização permite melhorias na busca e avaliação de informações, bem como facilidades na pesquisa e manutenção dos dados. Os esquemas de metadados possibilitam a definição dos elementos de metadados a serem usados por uma comunidade para descrever suas informações em suas bases.

Em geral, essas abordagens baseadas em metadados para localizar informação permitem ao usuário realizar uma busca, por um objeto armazenado em um repositório, utilizando campos de consulta típicos, como título, autor, ou ano de publicação. No entanto, metadados não apenas descrevem o conteúdo de outros dados, mas também indicam muitos outros aspectos, por exemplo, os aspectos relacionados ao gerenciamento, preservação, contexto, e histórico de uso de recursos de informação.

Os metadados podem, por exemplo, documentar procedimentos associados à preservação, especificar direitos de acesso e estabelecer a autenticidade do conteúdo digital. Podem unir os diversos componentes constituintes de um objeto complexo e, ainda, as diversas versões do mesmo objeto. Em resumo, a criação e o desdobramento de metadados de preservação tende a ser um componente chave para a maioria das estratégias de preservação digital.

Contudo, os desenvolvimentos de padrões de metadados também possibilitam que a produção científica possa ser disseminada através de documentos eletrônicos, até mesmo representando a disseminação do acesso a acervos.

Considerações finais

Boa parte das expressões humanas são apenas digitais, tanto oficiais como pessoais. Essas são questões de mais alta relevância para a humanidade e a responsabilidade por essa preservação estará na esfera de atuação dos arquivos, que custodia e garante a transmissão e preservação da diversidade para as futuras gerações.

Sendo, preservação digital a capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e autêntica com o passar do tempo, identifica-se assim a necessidade de utilizá-la. Além disso, sem a aplicação de estratégias de preservação não existiria garantia de confiabilidade e integridade desses documentos em longo prazo.

A preservação digital é um constante controle de riscos, no qual o reconhecimento de que perdas são inevitáveis desenvolve a relevância dos modos de evitá-las. Não existe consenso quanto às melhores estratégias e metodologias a serem empregadas num plano de preservação digital, pois nenhuma medida é capaz de atender todos os requisitos de todos os documentos eletrônicos. No entanto, quanto mais a gestão de documentos eletrônicos estiver conforme padrões, maior probabilidade haverá da sustentabilidade do patrimônio digital. Embora o conhecimento e a experiência que existem hoje não sejam capazes de garantir a durabilidade dos documentos eletrônicos, a adoção de planos de preservação digital, mesmo que básicos, se faz necessária.

Apesar da crescente relevância que os meios e técnicas digitais de gerenciamento da informação digital vêm assumindo no mundo, existe pouca avaliação dos fundamentos teóricos e metodológicos das estratégias de preservação digital. Porém a utilização de metadados e padrões de metadados tornam possível promover a integração, interpretação, localização e reutilização dos dados, assegurando sua existência através do tempo.

Salientando-se que os metadados não se configuram em solução final para o problema da preservação, mas são relevantes para a redução dos riscos e o aumento das chances de sobrevivência da informação digital, assim como dão uma grande contribuição para a gestão, armazenamento, recuperação e uso da informação.

Portanto, o uso de metadados permite uma organização eficiente dos dados armazenados, facilitando o acesso a esses dados e permitindo a construção de mecanismos de busca interativos. As pesquisas podem ser realizadas baseando-se nas características semânticas da informação procurada, ou seja, pode-se descrever uma informação para que o mecanismo de busca verifique sua existência na base de dados.

Referências

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero; Andrade, Ricardo Sodré. *Preservação digital e os profissionais da informação*. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação – v.7 n.5 out/06 ARTIGO 05. 2006.

_____. *Preservação de Documentos Digitais*. Artigo. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n.2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/305/271>>. Acesso em 5 fev. 2009.

_____. *Critérios para a preservação digital da informação científica*. 2008. 354f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547> Acesso em: 10 mai. 2009.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BAPTISTA, Dulce Maria. *O impacto dos metadados na representação descritiva*. Florianópolis: Revista ACB. 2007. Disponível em:<<http://www.acbsc.org.br/revista/index.php/racb/article/viewFile/529/663>> Acesso em: 06dez.2008

BODÊ, Ernesto Carlos. *Preservação de documentos digitais: o papel dos formatos*. 2008.153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CAMPOS, Luiz Fernando B. *Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais*. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. Florianópolis, 2007. Disponível em:< http://www.lfbcampos.com/Campos_Metadados_n23_1_semestre_2007.pdf>Acesso em: 16 jan.2009.

CASTRO, Ástrea M.; CASTRO, Andresa M. , GASPARIAN, Danuza M. C. *Arquivos físicos e digitais*. Brasília: Ed. Thesaurus. 2007.

FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em:<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2009.

INNARELLI, H.C. Preservação digital e seus dez mandamentos. SANTOS, V. B. (Org.) ; _____(Org.) ; SOUSA, R. T. B. (Org.) . *Arquivística: temas contemporâneos*. 1. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2007. cap.01, p. 21-75.

LIMA, Clarissa Costa e. *Preservação digital: a experiência da pesquisa Guignard*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes, 2007.

LUCCA, Giana; CHARÃO< Andrea S.; STEIN, Benhur O. *Metadados para um sistema de gestão eletrônica de documentos eletrônicos*. Arquivística. net: Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/include/getdoc.php?id=188&article=54&mode=pdf>>Acesso em: 7 nov.2008.

SANT'ANNA, Marcelo Leone. *Os desafios da preservação de documentos públicos digitais*. Artigo. 2008. Disponível em:< www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N2_PDF/ip0302santanna.pdf>.Acesso em: 12 mar.2009.

SICHMANN, M. *O reconhecimento da importância de preservação de acervos na região*. Campinas, 2003. Disponível em:<[HTTP://bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao/Revista15/sarao](http://bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao/Revista15/sarao)>>. Acesso em 27 nov.2008.

Autora**Denise Frigo**

Pós-graduação em Gestão de Arquivos (2009) e Graduação (2007) em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é arquivista da Universidade Federal de Santa Maria e acadêmica do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural.

Acervo fotográfico da Fábrica Rheingantz: tratamento, difusão e preservação do patrimônio cultural de Rio Grande

Rita de Cássia Portela da Silva

Resumo

Neste trabalho, apresentam-se os instrumentos de pesquisa elaborados para a coleção fotográfica da Fábrica Rheingantz, parte integrante do acervo do Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves da Universidade Federal do Rio Grande. Inicialmente, a temática é apresentada por meio de uma reflexão introdutória sobre a temática patrimônio cultural, patrimônio documental e acervos fotográficos. Na seqüência, aborda-se o histórico da Fábrica Rheingantz demonstrando sua trajetória e enfatizando-se sua repercussão em âmbito nacional e local, além de sua relação com a comunidade rio-grandina atual. Em seguida, apresentam-se as características físicas e de conteúdo das fotografias que respaldaram as intervenções técnicas efetuadas no acervo. Por fim, apresenta-se o processo que resultou nas descrições do Acervo Fábrica Rheingantz, demonstrando a integração de padrões da Arquivologia e da Biblioteconomia.

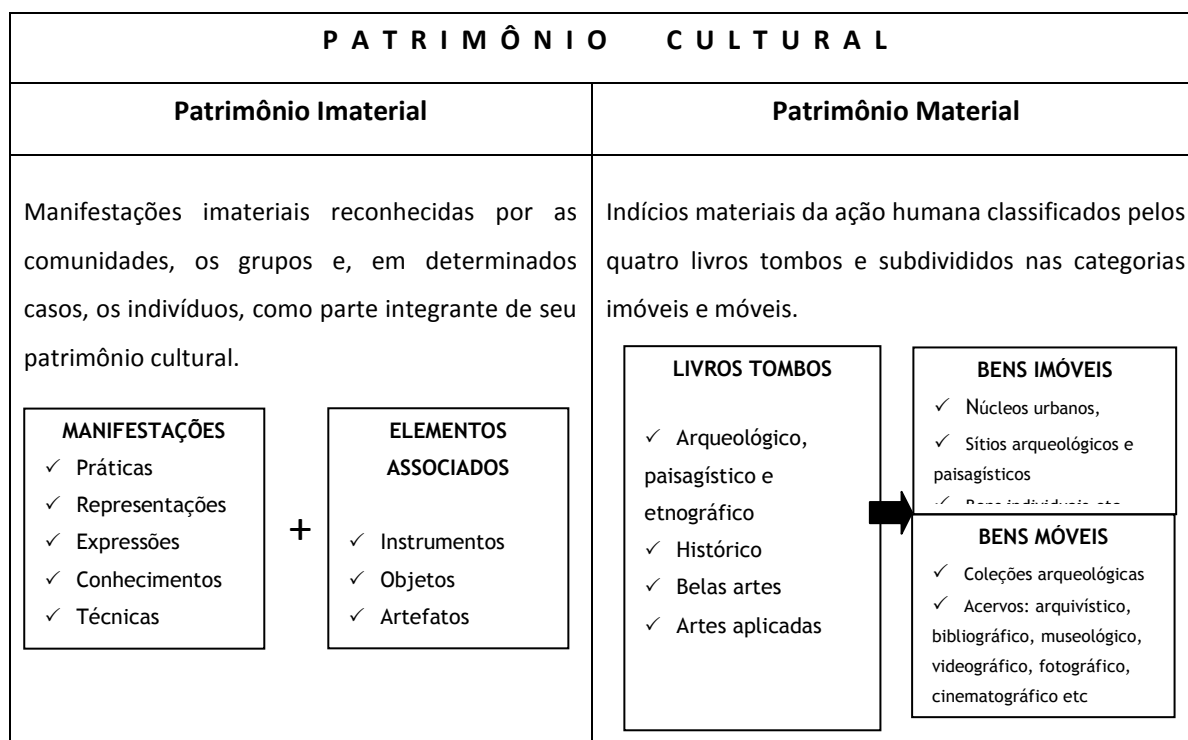
Palavras chave: descrição, fotografia, Fábrica Rheingantz.

Introdução: Patrimônio cultural, patrimônio documental, acervos fotográficos

A noção de patrimônio está atrelada à intenção de transmitir de geração a geração, informações relacionadas ao comportamento, às crenças, instituições e valores sob o ponto de vista moral e material, na perspectiva do que Horta denomina como processo cultural. Assim, ao discutir patrimônio cultural e cidadania, a autora afirma que a condição primordial para que o processo cultural venha a acontecer é a existência do patrimônio cultural, ou seja, é fundamental a preservação do

que foi acumulado e herdado dos pais, dos ancestrais. Uma “herança” de conceitos, valores e práticas, representados concretamente por palavras, sons, ritmos, gestos, expressões faciais e corporais, rituais, histórias e lendas, tecnologias e práticas, imagens, coisas, artefatos, construções e monumentos (HORTA, 2000, p. 15).

A gestão e preservação do patrimônio cultural, da forma como apresentado, requer uma abordagem holística, que atenda integralmente as inúmeras manifestações deste elemento multifacetado. Para tanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estabelece no plano conceitual a categorização dos bens que compõem o patrimônio cultural, conforme esquema apresentado no Quadro 1, desenvolvido a partir de suas definições.



Quadro 1: Esquema conceitual com as definições do IPHAN para os bens que compõe o Patrimônio Cultural.

A gama de bens contemplados pelo IPHAN possibilita a identificação de subconjuntos do patrimônio cultural, interdependentes entre si e característicos de suas manifestações. Desta forma, subentende-se a existência do patrimônio artístico, arqueológico, arquitetônico, paleontológico, paisagístico e, entre outros, o documental.

As fotografias produzidas e acumuladas em diferentes épocas, presentes em acervos de arquivos, bibliotecas e museus, constituem-se em bens do patrimônio documental. Um “patrimônio fotográfico” é de extrema importância pois

todos sabemos que imagens fotográficas de outras épocas, na medida em que identificadas e analisadas objetiva e sistematicamente a partir de metodologias adequadas, se constituirão em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias da vida (individuais e coletivas), de fatos do passado centenário como do mais recente. (KOSSOY, 2002, p. 133).

Neste sentido, acervos fotográficos constituem-se em um forte atrativo para pesquisadores ávidos por representações imagéticas da realidade. Uma forte demanda para os arquivos, bibliotecas e museus que talvez possa ser justificada por Kossoy, ao discutir fotografia e memória, afirmando que

o fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. (KOSSOY, 2003, p. 161).

Na perspectiva do patrimônio cultural e documental os conjuntos fotográficos constituem-se em um importante legado para as gerações atuais e futuras. Como tal, devem ser geridos, preservados e disponibilizados aos usuários.

A Fábrica Rheingantz e a comunidade rio-grandina

A Fábrica Rheingantz foi fundada em 1873, com a denominação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz & Vater, por meio da sociedade formada por João Guilherme Rheingantz, seu sogro - Comendador Miguel Tito de Sá - e Hermann Vater. João Guilherme Rheingantz, nascido em Pelotas em 1849, filho dos alemães Jacob Rheingantz e Maria Carolina von Fella, esposo de Maria Francisca de Sá; foi o responsável pelo desenvolvimento do empreendimento. Ao longo de sua trajetória, a Fábrica passou por distintas denominações: entre 1873 e 1874 Fábrica Nacional de Tecidos de Lã Rheingantz; em 1891, União Fabril e Pastoril; em 1895, Companhia União Fabril. Por fim, em 1968, após encerrar suas atividades fabris, em uma tentativa de retomada de produção, inicialmente pela empresa João Abdala & Cia (de São Paulo) e em seguida pelo grupo Loréa (de Pelotas), a Fábrica passou a se denominar Companhia Inca Têxtil. Porém, o empreendimento não resistiu, encerrando definitivamente suas atividades.

A Fábrica empregou sucessivas gerações de trabalhadores rio-grandinos. Sua atuação demonstra a presença de Rio Grande no processo de industrialização nacional pois segundo Martins a

gênese do processo de desenvolvimento industrial nacional e da cidade do Rio Grande se constitui por empresas fabris de bens não-duráveis, principalmente a indústria têxtil. Esse segmento representou para o Brasil as primeiras grandes empresas industriais nacionais, e para Rio Grande, o primeiro parque fabril e uma das maiores fábricas já instaladas na cidade em toda a sua história (MARTINS, 2006, p. 101).

O espírito de vanguarda da Fábrica não ficou restrito à gênese da industrialização nacional e local, manifestando-se também na inovação da tecnologia utilizada no processo produtivo. Em 1904, a Fábrica instalou “a primeira fiação penteada do país, o que possibilitou a fabricação de

tecidos finos, casimiras, etc” (Paulitsch, 2008, p. 63). Com isto, a Fábrica passou a aproveitar melhor a lã (matéria-prima) produzida no estado e a produzir artigos com qualidade superior, inibindo a importação de tecidos, conforme apresenta Martins:

O comendador Rheingantz toma nova iniciativa pioneira, instalando em 1904 a primeira fiação penteada do país, o que possibilitou à COMPANHIA UNIÃO FABRIL a fabricação de tecidos finos, casimiras, etc. Cumpre destacar aqui o fato realmente auspicioso para a indústria têxtil brasileira, que o foi o de ser a Companhia União Fabril quem fabricou pela primeira vez panos de lã para as forças armadas da Nação, no fim do século passado, pois até então tais panos eram todos importados da Europa. (Revista America Magazine apud MARTINS, 2006, p. 108)

Outro fator importante em relação à Fábrica Rheingantz diz respeito às edificações das instalações fabris e da vila operária. Em 1874, quando a Fábrica efetivamente iniciou suas atividades produzindo ainda em pequena escala, localizava-se “em frente à cadeia, no quarteirão formado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio” (Paulitsch, 2008, p. 56). No período de 1883 a 1885 ocorre a construção de novas instalações para a Fábrica, atendendo a demanda do mercado consumidor em expansão.

A inauguração das novas instalações ocorreu em fevereiro de 1885 e contou com as presenças de “S.S.A.A Imperiais” conforme noticiou o jornal da época, de onde observa-se também a descrição física da edificação:

O crescente desenvolvimento que tomou este estabelecimento aconselhou os Srs. Rheingantz e C. a mudarem sua fábrica de tecidos de lã para o grande terreno onde se acha a tinturaria e onde foi construído o vasto edifício, cujas obras foram inauguradas no dia primeiro corrente com a assistência de Suas Altezas imperiais. É a prova de fogo. A coberta é de ferro e vidro, com grande número de ventiladores, e a portas e janelas todas de ferro. Ocupa o principal edifício uma área de 3300 metros quadrados, não incluindo a grande casa do novo motor, inaugurada no dia primeiro do corrente e a que se deu no nome de Grão Pará. Este motor é de força de 150 cavalos. O edifício tem 35 janelas de frente, outras tantas de fundo e 8 de lado. Logo que estiver concluída a mudança do maquinismo da antiga fábrica e augmentado com os novos aparelhos encomendados, será montada no edifício uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão. Os maquinismos são dos conhecidos fabricantes Platt e Brothers, de Oldham. Em junho próximo devem as duas fábricas funcionar com regularidade, empregando cerca de 400 operários. (Echo do Sul de 7 mar 1885, apud PAULITSCH 2008, p. 61).

As novas instalações localizavam-se na então Estrada da Mangueira que, em 03 de janeiro de 1886 passou a denominar-se Avenida Rheingantz, como permanece até hoje.

A Fábrica Rheingantz, além de se fazer presente no advento da industrialização (nacional e regional), também atuou como um agente de urbanização em Rio Grande, ampliando a extensão da malha urbana com a ocupação extramuros¹. A construção da Fábrica e dos demais componentes da Vila Operária desencadeou a ocupação do bairro até hoje chamado Cidade Nova, originário do aterramento de terrenos alagadiços da cidade, aproveitando-se o material da dragagem do Porto.

O conjunto das edificações representa uma época de prosperidade econômica vivenciada pelo município, corroborado pelo fato de que os prédios do Escritório Central, do Cassino dos Mestres, do Grupo Escolar e do Jardim da Infância, também localizados na Avenida Rheingantz, foram projetados e construídos pelo Escritório de Engenharia *Rudolph Ahrons*, onde trabalhava o famoso arquiteto *Theodor Wiederspahn*, supostamente o responsável pelas referidas obras.

Tudo isto culminou em um vasto acervo de patrimônio arquitetônico, talvez um dos poucos, se não o único, complexo industrial ainda edificado no Brasil remanescente daquela época.

Atualmente, as casas da vila operária permanecem ocupadas, sendo que alguns dos moradores são proprietários, possivelmente em decorrência de permutas ocorridas entre funcionários e a Fábrica na rescisão de contratos de trabalho. As casas dos mestres, em grande maioria, abrigam empreendimentos comerciais. O Grupo Escolar está em obras para restauração. O Cassino dos Mestres apresenta adiantado estado de degradação com o comprometimento do piso, forro, telhado e a maioria das aberturas. Os prédios do Escritório Central, ainda com a mobília da época e arquivos, assim como a Fábrica, que abriga o maquinário utilizado, encontram-se fechados e suscetíveis a saques e ações de vandalismo.

As condições, em especial, do Cassino dos Mestres, Escritório Central e Fábrica, suscitam um cenário de abandono que preocupa diferentes segmentos da comunidade rio-grandina. Moradores da cidade, ex-funcionários e seus familiares, políticos e pesquisadores (professores e estudantes) discutem a necessidade de alternativas para a recuperação e uso destes locais.

O CDH e o tratamento do acervo fotográfico da Fábrica Rheingantz

O Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, popularmente conhecido como CDH ou CDH/FURG, foi criado na década de 1980, em consequência do esforço dos professores do antigo Departamento de Biblioteconomia e História.

¹ O centro urbano da cidade limitava-se a atual Avenida Major Carlos Pinto, conhecida como Rua do Canalete. O canal, ainda existente, foi construído para proteger a cidade de invasões nos primeiros anos de sua existência. Entre as referências utilizadas nesta pesquisa, MARTINS (2006) e PAULITSCH (2008) abordam a história do município de Rio Grande e podem ser consultados para maiores informações.

Atualmente o CDH está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). Localiza-se na sala 14 do Pavilhão 04 do Campus Carreiros, e tem como objetivo central o aporte à realização de pesquisas e práticas pedagógicas dos Cursos de História, Arquivologia e Biblioteconomia da FURG.

Embora professores e estudantes dos referidos Cursos formem seu público principal do CDH, o acesso é permitido a consulentes de outras unidades e também a usuários externos desenvolvendo-se, inclusive, projetos para maior visibilidade do acervo e conseqüente ampliação de visitas e pesquisas. O programa “Educação Patrimonial no Centro de Documentação Histórica da FURG: práticas pedagógicas e valorização dos bens culturais e ambientais junto a estudantes da educação básica rio-grandina” constitui-se em uma parceria estabelecida entre os Cursos de História, Arquivologia e o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, a partir do qual se desenvolve um conjunto de ações (projetos do programa) nas escolas municipais visando apresentar ao professor a necessidade de despertar a consciência dos educandos acerca da preservação do patrimônio cultural utilizando o acervo do CDH como exemplo.

O Acervo Fotográfico Rheingantz é formada por 142 imagens em preto e branco, dispostas em três álbuns (no primeiro 48 fotos, no segundo 46 fotos, no terceiro 47 fotos) das quais não se têm os negativos, dispondo-se apenas de ampliações 18x24 cm. Os álbuns de fabricação artesanal constituem-se de folhas de cartão 25x35 cm encadernadas em espiral, que acondicionam individualmente as fotografias em “bolsos” construídos com papel manteiga e cola.

Em linhas gerais, o estado de conservação das fotografias é bom, embora se tenha observado que as imagens apresentam sinais de amarelecimento e, em alguns casos, pequenas ondulações nas bordas (aproximadamente 5% da coleção).

Até o presente momento não se tem conhecimento do autor das imagens e da data em que as fotografias foram tiradas. Considerando-se os elementos que compõem as imagens (automóveis, vestuário, identificação da Fábrica na fachada do prédio do Escritório Central e na caixa d'água) supõe-se que remontam as décadas de 60 a 80 do século XX. Um aspecto positivo para a produção de instrumentos de pesquisa é a identificação das imagens, que em alguns casos se apresenta de maneira concisa enquanto em outros, um pouco mais detalhada. Partindo-se do entendimento de que dossiê é uma “unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto - ação, evento, pessoa, lugar, projeto” (Nobrade, 2006, p. 15), identificou-se no Acervo Fotográfico Rheingantz a existência de três dossiês temáticos, configurando os níveis de descrição apresentados na Figura 1.



Figura 1 - Níveis de descrição do Acervo Fotográfico Rheingantz

O dossiê Máquinas é formado por fotografias dos equipamentos da área de produção da fábrica, mais precisamente balanças, teares, máquinas utilizadas na confecção de tapetes e na manufatura da lã (como por exemplo, máquina de lavagem, de tingimento, centrífuga para tirar o excesso de água, equipamentos para secagem, máquina para cardar, torcedeira de fio, urdideira etc).

O dossiê Instalações Internas é formado por fotografias com tomadas de setores relacionados às áreas de produção e administração da Fábrica.

O dossiê Prédio e Casas é constituído por fotografias da fábrica e demais edificações destinadas ao uso de seus funcionários, como o Cassino dos Mestres, o Circulo Escolar e as moradias.

A coleção foi digitalizada de acordo com as recomendações de Baldam et al (2002) e Silva (2002, 2005). A definição do conjunto de operações pertinentes à digitalização fundamenta-se em Baldam et al (2002, p. 126) que define como “fases típicas da captura de imagens” a preparação dos documentos, a digitalização, o controle de qualidade, a limpeza/edição, a indexação, o armazenamento e a recuperação da imagem. O trabalho desenvolvido por Silva (2002, 2005) complementa as rotinas da etapa de digitalização e controle de qualidade além de prestar outras recomendações. O tempo gasto no processo de digitalização ode ser observado no Quadro 2.

Operação	Tempo médio por imagem	Tempo total
Preparação	Não mensurado.	Não mensurado.
Digitalização	1min 36seg	3h 47min
Controle de qualidade	49seg	2h 04min
Limpeza/edição	52seg	2h 29min
Geração de imagens de referência	28seg	1h 16min
Armazenamento	--	19im
TOTAL	3min 59seg	9h 26min

Quadro 2 – Tempo gasto na digitalização do Acervo Fotográfico Rheingantz

O tratamento do acervo e as implicações na difusão e preservação do patrimônio cultural de rio grande

Nos arquivos, o procedimento de descrição é definido como a

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu.(ISAD(G), 2001, p. 4).

Neste sentido, para que a descrição viabilizasse de fato a identificação, gestão e localização dos documentos, foi precedida por ações que permitiram o entendimento do acervo (contexto, conteúdo e condições físicas) respaldando as intervenções necessárias ao tratamento e acesso das fotografias.

A partir disto, a descrição seguiu os preceitos da Nobrade e, conseqüentemente, em conformidade com as regras para descrição multinível já preconizadas pela Isad(G) (2001, p. 7). Deve-se lembrar que a Nobrade, assim como a Isad(G) possibilita tanto a descrição de fundos arquivísticos, constituídos de conjuntos documentais orgânicos, como a descrição de coleções reunidas intencionalmente, como é o caso do acervo ora trabalhado. Neste caso, a aplicação da norma não demonstra a proveniência e a relação orgânica entre as fotografias, mas sim as intenções que motivaram a formação da coleção e das categorias que a constituem (dossiês), favorecendo a contextualização das imagens.

Entretanto, sabe-se que a Nobrade é uma norma geral, centrada na necessidade de representar o arquivo e as partes que o compõe (seções, séries, dossiês, itens etc.). Pode ser utilizada em acervos constituídos de diferentes gêneros, espécies e tipos documentais, porém, suas regras não apresentam definições que atendam a determinadas particularidades, como é

o caso das fotografias. Resolveu-se, então, buscar orientações que complementassem as definições dos elementos descritivos da Nobrade com orientações específicas para fotografias. Observou-se que os padrões existentes na Biblioteconomia estão consolidados e enfatizam a representação do item documental. O AACR2, mais precisamente o capítulo 8 - Materiais Gráficos, determina regras para descrição de fotografias dando origem, no Brasil, ao Manual para Catalogação de Documentos Fotográficos da Biblioteca Nacional. Constatou-se na Museologia um processo de normalização incipiente na área de documentação museológica, em discussão na Europa. Em função disto, cada instituição estabelece suas próprias regras para registro e recuperação das informações de seus acervos. Diante disto, considerando-se que o AACR2 é um padrão consolidado na Biblioteconomia e que o Manual da Biblioteca Nacional constitui um detalhamento do AACR2 para descrição de seus acervos fotográficos, desenvolveu-se o mapeamento dos elementos descritivos e das regras de aplicação do Manual da Biblioteca Nacional em relação à Nobrade, com o propósito de verificar as relações de complemento e equivalência existentes.

Assim, a descrição das fotografias do Acervo Fotográfico Rheingantz possibilitou reflexões acerca da possibilidade de integração de padrões utilizados na Arquivologia e Biblioteconomia. Ocorreu de forma hierarquizada, de acordo com os níveis determinados na Figura 1, resultando nas descrições da coleção, do dossiê Prédio e Casas para, somente a partir disto, proceder às descrições dos itens documentais. O produto deste processo poderá compor instrumentos de pesquisa normalizados onde a descrição da coleção poderá compor o guia de acervos do CDH, a descrição do dossiê poderá integrar um inventário do referido acervo e as descrições das imagens resultaram no catálogo Prédio e Casas da Fábrica Rheingantz.

Considerações finais

O documento não se constitui em um fim em si. A relevância de sua preservação, enquanto componente do patrimônio documental, está atrelada a sua utilização pelas comunidades atuais e futuras, no intuito de conhecer a trajetória de um grupo, de uma cidade etc, enfim, de uma fábrica, como é o caso da Rheingantz.

A descrição do dossiê Prédio e Casas do Acervo Fotográfico Fábrica Rheingantz possibilitou a elaboração de instrumentos de pesquisa que, além de favorecer a localização das fotografias da Fábrica, fornece aos usuários do CDH informações relacionadas a trajetória da Fábrica.

Acredita-se que as descrições constituem-se em um agente de preservação da memória dos empreendedores que idealizaram e desenvolveram a Fábrica, bem como das sucessivas gerações de pessoas que nela trabalharam. Além disto, as ações desenvolvidas no processo de tratamento e descrição endossam o posicionamento do CDH junto à mobilização de diferentes

segmentos da comunidade rio-grandina, sensibilizados pelo adiantado estágio de degradação das instalações da Fábrica Rheingantz e de parte dos componentes de sua vila operária.

Referências

BALDAM, R.; VALLE, R.; CAVALCANTI, M. GED: gerenciamento eletrônico de documentos. São Paulo : Erica, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Patrimônio cultural e cidadania*. In: Museologia Social. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 11-20.

INSTITUTO BRASILEIRO DA ARTE E CULTURA et al. *Manual para catalogação de documentos fotográficos*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional : Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, 1992.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br> >. Acesso em 15 jul. 2008.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo : Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. São Paulo : Ateliê Editorial, 2002.

PAULITSCH, Vivian da Silva. *Lugares de Memória: Habitações operárias no início do século XX Os casos da Rheingantz & Cia. (atual Companhia União Fabril) e da Central Térmica de Saint-Ouen (atual EDF)*. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas, n. 7, jan. – jun. 2007. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%207%20-%20artigo%202.pdf> >. Acesso em: 15 fev 2010.

PAULITSCH, Vivian da Silva. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande*. Rio Grande : Editora da FURG, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 - 1990)*. Rio Grande : Editora da FURG, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *ISAAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2.ed. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2006.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. *Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital*. 2002. 281 f. Tese (Doutor em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. *Manual de digitalização de acervos: textos, mapas e imagens fixas*. Salvador : EDUFBA, 2005.

Autora**Rita de Cássia Portela da Silva**

Graduação em Arquivologia (UFSM - 2001), Especialização em Ciência da Computação (UFSM - 2003) e Mestrado em Patrimônio Cultural (UFSM - 2010). Atualmente é professora auxiliar do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande.

O prontuário eletrônico de paciente (pep) como memória e patrimônio cultural

Jorge Alberto Soares Cruz
Daniel Flores
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Marco Antônio da Luz

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fornecer elementos claros que contribuam no sentido de realizar mudanças de paradigmas dos saberes arquivísticos. Aborda especificamente Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP) como memória e patrimônio cultural, bem como a preservação de documentos eletrônicos. Justifica-se este estudo motivado pela importância do avanço da tecnologia na produção de documentos e a troca de informações em meio digital. Metodologicamente procurou-se realizar um levantamento bibliográfico, visando proporcionar maior familiaridade com o tema proposto: preservação de documentos, memória, patrimônio e cultura. Em um primeiro momento, discorre-se sobre o uso da tecnologia e a vulnerabilidade dos documentos digitais. Após, conceitua-se o Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP) procurando defendê-lo como patrimônio cultural.

Palavras-chave: Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP), arquivologia, memória e patrimônio cultural

Introdução

“Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSEN, 2000, p.10). Baseado nesta afirmação, propõem-se um estudo do Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP) como memória e patrimônio cultural, uma vez que, art 7º do o parecer 1821/2007², do Conselho Federal de Medicina (CFM) estabelece que este tipo documental deva ser preservado de forma permanente.

A história cultural e material é um fenômeno de todos os tempos e de todos os lugares, assim sendo, o surgimento do computador pode ser considerado como um marco fundamental da história da humanidade. A tecnologia, segundo Peses (2000, p.189), “se não for controlada pode ser fator determinante no processo histórico.” Não pode ser esquecido que o processo de globalização das comunicações tem sido facilitado pelo avanço e desenvolvimento das tecnologias da informação e a internet tem propiciado um grande avanço no intercâmbio cultural e comercial.

² Art. 7º Estabelecer a guarda permanente, considerando a evolução tecnológica, para os prontuários dos pacientes arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado.

Vulnerabilidade dos documentos digitais

Os computadores foram criados há menos de 70 anos e a humanidade está necessitando de arqueólogos digitais para decifrar os mistérios dos primeiros softwares. Fontes históricas geradas em computadores tendem a desaparecer rapidamente. Uma atitude deve ser tomada para garantir a sobrevivência destes documentos, se não, em um futuro bem próximo teremos que tratá-los como objetos arqueológicos fragmentados. Um bom exemplo deste fato, foram as tentativas das autoridades alemãs para decifrar os arquivos eletrônicos da extinta República Democrática Alemã, devido ao desaparecimento dos *mainframes*³ de origem soviética. Desta forma, se não existir a preocupação em preservar a documentação digital corre-se o risco de viver uma era sem memória.

Inarelli (2007, p6) relata que a humanidade já perdeu muitas informações armazenadas em suportes digitais, ocasionados pela obsolescência de hardware e software. O mesmo autor (2006, p4) destaca que ainda é possível recuperar informações de sistemas informatizados que estão em uso, porém, somos incapazes de recuperar informações de sistemas extintos, ou seja, documentos importantes de valor permanente estão sendo perdidos, por descuido das mídias ou por falta de migração tecnológica. Um bom exemplo disso foi o que ocorreu com os disquete de oito polegadas e com os disquetes de 5 ¼ . Se for tentado acessar as informações contidas neste suporte, corre-se o risco de não se conseguir por que não serão encontrado hardwares e softwares capazes de lerem este material. Outro problema, é que o disquete poderá estar deteriorado ou danificado pelo tempo. Em breve, muitas informações contidas em disquetes 3 ½ polegadas passarão pelo mesmo problema.

Ferreira (2006, p.18) mostra outro exemplo de descaso com a preservação de suportes tecnológicos, quando relata que na década de 70 a *sony* introduziu no mercado as fitas de vídeos *Betamax*, de menor dimensão e com qualidade de imagem superior as fitas de *VHS* (*Video Home System*). Porém, a *sony* não liberou a fabricação de suas fitas para terceiros, isso favoreceu que ocorresse o uso maciço do formato *VHS*. Em um curto espaço de tempo as fitas *betamax* desapareceram do mercado. Hoje é difícil de ser encontrado dispositivo com capacidade de ler informações armazenadas nestes suportes (*Betamax* e *VHS*).

³ Um **mainframe** é um computador de grande porte, dedicado normalmente ao processamento de um volume grande de informações. Os mainframes são capazes de oferecer serviços de processamento a milhares de usuários através de milhares de terminais conectados diretamente ou através de uma rede. (*O termo mainframe se refere ao gabinete principal que alojava a unidade central de processamento nos primeiros computadores.*).

Na década de 90, o Laboratório Americano Media Lab realizou pesquisas que comprovaram que dados armazenados em CD-ROM tendem a desaparecer. Foram realizados testes com CD-ROMs e constataram que em média, as informações podem ser perdidas em apenas cinco anos, devido ao desgaste do tempo. Testes realizados com CDs regraváveis mostram que os mesmos duram menos de 3 anos. Os testes não invalidam o uso do CD-ROM, apenas mostra que alguns arquivos estão sendo perdidos devido às péssimas condições de armazenamento e pela falta de manutenção dos equipamentos.

Outro grande exemplo de descaso com a preservação de documentos digitais ocorre com os proprietários de câmeras fotográficas digitais. A maioria das pessoas não realizam cópias de segurança deste tipo de arquivo (*Backup*). Caso ocorra uma pane em seus equipamentos fotográficos ou computadores (falha de acesso as informações contidas no HD ou ataque de vírus ou hackers), parte de sua história de vida está perdida. Para Barthes (1987), a fotografia é um momento único na vida de uma pessoa onde são registrados fatos que nunca mais acontecerão.

A preservação de documentos digitais deve ser uma preocupação constante dos arquivistas, profissionais da informação e também, de historiadores e sociólogos. A deterioração de documentos digitais tem acarretado prejuízo para a memória histórica, política e cultural de dos povos.

A humanidade possui vasta experiência na preservação de documentos em suportes como pergaminhos, papiros e papéis, mas não possui experiência na preservação de documentos digitais, que estão sendo perdidos de forma indiscriminada. Inarelli (2007, p.28) salienta que o desaparecimento destas informações tem acarretado em uma grande lacuna histórica.

O uso da tecnologia favorece que um volume grande de documentos e informações, sejam produzidas e transmitidas diariamente em suporte digital. A obsolescência de hardware e software, a deterioração e vulnerabilidade das mídias existentes e a falta de backups têm ocasionado a perda das informações contidas em suportes digitais.

Autoridades internacionais têm demonstrado grande preocupação em preservar documentos criados em suportes digitais, no Brasil não poderia ser diferente. O CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), em sua 34ª reunião, realizada em 16 de julho de 2004, publicou a Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, elaborada pela Câmara Técnica de Documentos Digitais. Este Documento faz alusão a “Carta Para Preservação Digital” da UNESCO que demonstra a preocupação em preservar acervos de documentos digitais.

A ameaça do desaparecimento de documentos digitais emerge da própria tecnologia à qual confiamos um grande volume de registros eletrônicos. Parte significativa da memória cultural do nosso tempo está ameaçada de desaparecer. Assim, a introdução de novas tecnologias na

economia mundial, tem transformando radicalmente a maneira de criar, produzir, distribuir e consumir produtos culturais. Montiel (2003, p.160) salienta que: “as telecomunicações e a sua aplicação comercial nas empresas, estão originando o nascimento de novos setores industriais, que obrigam a uma revisão da definição clássica do produto cultural.”

Prontuário eletrônico de pacientes (PEP) como patrimônio cultural

Diante do avanço tecnológico podemos constatar que a automação de arquivos médicos e a utilização de Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP), tornam-se inevitáveis.

Para Rebelo (2003, p.127), o Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP), é “um conjunto de informações relativas ao paciente, armazenadas em formato digital cujo objetivo principal é permitir a qualidade de atendimento e veracidade das informações.” Pinto (2006, p37) define o PEP como “um documento eletrônico constituído pelo conjunto de informações concernentes a uma pessoa doente, aos tratamentos e cuidados a ela dispensados.”

Já Mariza Stumpf (2000, p3) define o Prontuário Eletrônico (PE) como:

O prontuário Eletrônico (PE) é, em essência, um repositório de dados clínicos, administrado por um software de gerência de Bancos de Dados, contendo dados de diversas fontes tais como laboratórios, radiologia, consultórios e salas cirúrgicas, armazenados, de tal forma, que permitam sua recuperação de forma tabular, gráfica, com informação do conjunto do paciente ou sobre um paciente em particular. Estes dados devem estar em grandes servidores (centenas ou milhares de gigabytes).

O *Institute of Medicine* (apud Pinto 2006, p.37), coloca que o “registro computadorizado de pacientes se constitui em um sistema especialmente projetado, para dar apoio aos usuários através da disponibilidade de dados completos e corretos, lembretes e alertas aos profissionais da saúde.”

Este importante documento serve como fonte de pesquisa na área de saúde, bem como fonte de pesquisa para historiadores, sociólogos e arquivistas. Os registros referentes à saúde de uma pessoa podem ser considerados um evento histórico. Withe (Apud Gonçalves, 1996, p.16) salienta que “eventos históricos supõe o uso de formas narrativas para que deles (eventos) se possa construir um sentido, não se tratando, portanto de uma simples descrição fiel dos fatos”.

O Prontuário é um documento que guarda um momento, um estágio de vivência, o registro de fatos e eventos da vida e saúde de uma pessoa que vive em uma sociedade. Podemos afirmar

que o prontuário Eletrônico faz parte da memória patrimonial e cultural de uma pessoa e de uma instituição que é responsável pela manutenção e guarda destes documentos⁴.

O PEP faz parte da memória vivida, isto é, não pode ser esquecida, ao contrário de muitas memórias que são comercializadas em massa que são memórias imaginadas e podem ser esquecíveis. Em relação ao comércio da memória, Adorno (apud Huysen, 2000, p.25) coloca que “a mercantilização da memória gera apenas amnésia.” Cancini (2003, p34) salienta que “existe uma incompatibilidade clássica entre patrimônio e comércio, procurando um caminho que transcenda a mera defesa do valor simbólico dos bens culturais e limite a sua comercialização.”

Quando o PEP é defendido como patrimônio cultural, deve ser destacado a posição de Gonçalves (1996, p.63) que classifica cultura como patrimônio partindo do pressuposto, “que alguém algum sujeito individual ou coletivo, esteja agindo em relação a ela (cultura) como se fosse uma propriedade”.

Quando se discorre sobre o PEP deve ser salientado que a implantação e utilização do mesmo, envolve mudanças de velhos hábitos culturais. Assim sendo, o prontuário tradicional (em papel) é parte integrante do cotidiano nos serviços de saúde. Outro aspecto a ser considerado nesta mudança de paradigma é que as transformações estão ocorrendo de forma repentina, não havendo um trabalho de conscientização com as pessoas envolvidas no processo, podendo comprometer a implantação de sistemas informatizados. Deve ser salientado que mudanças envolvem ideologias culturais e, conseqüentemente, perda de poder. Para Stuart Hall (2006, p14) as mudanças nas sociedades modernas são rápidas e permanentes.

Como definir Patrimônio? Gonçalves (1996 ,p.81) relata que a “origem etimológica da palavra patrimônio vem do latim que significa “patrimonium” que está associada a alguma coisa herdada do pai”. No contexto de preservação, a palavra é utilizada para identificar uma propriedade de uma pessoa ou instituição.

O mesmo autor (1996,p33) coloca que “o patrimônio é concebido como uma expressão da identidade nacional em sua integridade e continuidade”. Para Stuart Hall (2006, p22) esta identidade é formada através do pertencimento de uma cultura nacional fragmentada. Ao mesmo tempo, o patrimônio é concebido, numa relação metonímica, como sendo a própria realidade que ele expressa. Uma das grandes definições de patrimônio histórico foi proposto por Mário de Andrade quando da criação do SPHAN em 1937.

⁴ A resolução 1821/2007 do CFM considera que o prontuário do paciente, em qualquer meio de armazenamento, é propriedade física da instituição onde o mesmo é assistido – independente de ser unidade de saúde ou consultório – a quem cabe o dever da guarda do documento. Que os dados ali contidos pertencem ao paciente e só podem ser divulgados com sua autorização ou a de se responsável, ou por dever legal ou justa causa;

Constitui Patrimônio Histórico e artístico nacional o conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por vinculação a fatos memoráveis da historia do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (ANDRADE apud GONÇALVES, 1996, p.63)

Gonçalves (1996, p.32) coloca que “os intelectuais brasileiros relacionam patrimônio cultural a um processo de perda, algo que está em vias de desaparecimento”. O mesmo autor (1996, p.23) acrescenta que “objetos que estão desaparecendo são transformados em coleções de patrimônio cultural”. Baseado nestas afirmações, salienta-se a necessidade de defender, preservar e proteger os documentos digitais, uma vez que os mesmos surgem já ameaçados de desaparecimento.

A documentação gerada através de meios eletrônicos estão acompanhadas da ansiedade e do medo, em relação a preservação do patrimônio e da memória que está contida neste modelo documental. Huyssen (2000, p.36) afirma que “assegurar o passado não é uma tarefa menos arriscada do que assegurar o futuro.”

Como conceituar cultura? Para a UNESCO cultura é “o conjunto de características espirituais materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo sócia”l (...) engloba modo de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças” (UNESCO – Conferência Mundial – México 1980)

Sampaio (2003, p43 e 44) salienta que cultura terá diferentes conceitos em diferentes momentos históricos; no final do século XVIII cultura é (...) “aquilo que informava o modo de vida de determinados grupo social”; No século XIX ela é tratada como produto de uma ordem social mundial; No século XX passa a ser tratada “ como sistema ou sistemas de significação, mediante o qual ou os quais, uma dada ordem social é comunicada, vivida, reproduzida, transformada e estudada.”

O Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP) faz parte de uma coleção de documentos (dossiê) que devem ser preservados como “patrimônio cultural” por ser a representação da saúde de grupos sociais pertencentes a uma sociedade e a uma região. Gonçalves (1996, p.23) coloca que os objetos que vem a integrar patrimônio cultural possuem o propósito de “servirem como Sinais diacrítico das categorias e grupos sociais que venham representar.” Por outro lado, o mesmo autor destaca que “patrimônio histórico e artístico é visto como objeto de conhecimento profissional”(1996, p 44)

Quem tem autoridade para afirmar se o PEP é ou não patrimônio cultural? Quem tem autoridade para preservá-lo? No Brasil, grupos de intelectuais ligados ao SPHAN possuem

autoridade para definir o que seja patrimônio cultural. Acredita-se que quando o assunto é o PEP esta autoridade é constituída pelo CFM (conselho Federal de Medicina) e a SBIS (sociedade Brasileira de Informática em Saúde). Em conjunto, estas duas instituições publicaram o parecer 1821/2007, que estabeleceu normas técnicas para o uso do prontuário medico em meio eletrônico. Outras instituições deveriam estar envolvidas em assuntos referentes ao PEP, como é o caso do COFEN (Conselho Federal de Enfermagem), o COFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia ocupacional), dentre outras instituições que representem categorias profissionais envolvidas na assistência prestada à saúde de uma pessoa.

Rodrigo de Melo Franco (apud Gonçalves 1996, p.65) “salienta que para um bem cultural ser reconhecido como patrimônio ele deve passar pelo processo de tombamento”. O Prontuário Eletrônico, devido ao seu conteúdo e a legislação vigente, é considerado patrimônio de uma pessoa e da instituição que o gerou, sem necessitar de passar pelo processo de tombamento. Acredita-se que a própria legislação seja o processo de tombamento garantindo a preservação desta espécie documental.

Aloísio Magalhães (apud Gonçalves 1996 p.109) ajuda a reforçar estes argumentos quando coloca que “bens culturais são partes integrantes da vida cotidiana de segmentos da sociedade brasileira,” onde são incluídos objetos e atividades que fazem parte do contexto sócio cultural específico, estes bens são produzidos pelo povo e portanto devem ser considerados como “ fonte de autenticidade”.

Considerações finais

O rápido desaparecimento dos documentos digitais ocasiona uma grande perda em relação ao patrimônio documental. Assim sendo, tem que ser encontrados meios que garantam o acesso futuro das informações contemporâneas contidas no PEP. Existem alguns recursos que podem ser utilizados para recuperar informações digitais perdidas. No entanto, temos a probabilidade de perdermos algumas características dos documentos digitais. Assim sendo “o patrimônio jamais é resgatado em sua totalidade e integridade (...)” (GONÇALVES, 1996, p 112). Como o PEP é um tipo documental que contém informações concernentes à saúde e à vida de uma pessoa, não se deve correr o risco de perder a contextualização destes dados. Muitas vezes, na tentativa de recuperação de documentos perdidos, só se consegue fragmentos destes “objetos digitais”⁵ que necessitam ser cuidadosamente resgatados e

⁵ Para Eerreira um objeto digital pode ser definido como todo e qualquer objeto de informação que possa ser representado através de uma sequência de dígitos binários. Documentos de texto, fotografias

preservados devido estar em constante ameaça de desaparecimento. Assim sendo, “o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais (...)” (GONÇALVES, 1996 p.112).

O valor do PEP, como memória e patrimônio, gera a idéia da criação de museus de hardware e software, para que no futuro se consiga acessar os documentos ou arquivos contemporâneos. Estes museus funcionariam como um “sítio arqueológico” em que profissionais de diferentes áreas do conhecimento humano encontrariam instrumentos necessários para resgatar sua memória e patrimônio documental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Federal de Medicina. *Resolução nº1821* de 11 de julho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília 23 nov.. 2007 seção1 p.252.
- FERREIRA, Miguel. *Introdução à Preservação Digital*. Conceitos, estratégias e actuais consensos. Minho Portugal:Edição Eletrônica, Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*.UFRJ/MinC – IPHAN. Rio de Janeiro, 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. 11ª edição. DP&A editora, Rio de Janeiro, 2006.
- HUYSEM, Andreas. *Seduzido pela memória*. Aeroplano editoras, Universidade Candido Mendes. Museu de Arte Moderna. Rio de Janeiro, 2000.
- INARRELI, Humberto Celeste.*Preservação de documentos Digitais: Confiabilidade de Mídias CD-ROM E CD-R*. Dissertação (Mestrado de engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.
- MENESES, Ulpiano t. Bezerra. *Mémória e cultura material*.documentos pessoais no espaço público. seminário internacional sobre arquivos Pessoais, Rio/ São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP, 1997.
- PINTO, Virgínia. *Prontuário eletrônico do paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio da saúde*. Encontros Bibli –*Revista Eletrônica e Ciências da Informação*, nº 21.Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006
- Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- Revista Brasileira de engenharia Biomédica*. Sociedade Brasileira de Engenharia Biomedica.v19n n.3, dezembro de 2003.
- STUMPF, Mariza Kluck. *A gestão de informação em um hospital universitário: em busca da definição do conteúdo do prontuário essencial do hospital de clínicas de Porto Alegre*.Dissertação. UFRGS, Porto Alegre, RS, 1996.’
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: Nota sobre a fotografia*. Edições 70, Lisboa, Portugal. 2008.

digitais, diagramas vetoriais, bases de dados, seqüência de vídeo e áudio, modelos de realidade virtual, páginas WEB e aplicações de software são apenas alguns exemplos do que podemos considerar um objeto digital

Autores

Jorge Alberto Soares Cruz

Possui graduação em arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e graduação em Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras Imaculada Conceição - FIC (1989). Especialização em pensamento Político Brasileiro - UFSM. Atualmente é servidor Técnico administrativo da em Universidade Federal de Santa Maria e Mestrando do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM.

Daniel Flores

Daniel Flores concluiu o Doutorado em Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación - Universidad de Salamanca/España em 2006, como bolsista da CAPES Coodenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/MEC, orientado pela Profa. Dra. Manuela Moro Cabero. Concluiu o mestrado em Engenharia de Produção na linha de pesquisa Tecnologia da Informação pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria em 2000, tornou-se especialista em Organização de Arquivos pela USP Universidade de São Paulo em 1998, graduou-se como bacharel em Arquivologia em 1998, desde o ano de 1995. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria

Gilberto Fladimar Rodrigues Viana

Possui Graduação em Arquivologia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (1986); Especialização em Administração - Qualidade na Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (2002); Especialização em Engenharia de Produção - Agente de Inovação e Difusão Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria (2007). Servidor técnico-administrativo-nível superiores/arquivista da Universidade Federal de Santa Maria. Experiência na área de Administração, com ênfase em gerenciamento de informação sobre de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. e Mestrando do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM

Marco Antônio da Luz

Mestrando do Curso de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM com graduação em Arquivologia pela mesma Instituição. Atualmente meu interesse é em pesquisas referente a gestão de documentos e informações, preservação de documentos e informações e preservação digital. Durante a graduação desenvolvi atividades junto ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, nos primeiros anos de formado atuei como consultor na área de Gestão de Documentos e Informações. Hoje sou Arquivista da Prefeitura Municipal de Horizontina, onde desenvolvo atividades relacionadas a Gestão de Documentos e Informações. Paralelamente, desenvolvo websites e design gráfico.